



ELO



PORTE
PAGO

ANO IV
MARÇO
N.º 58
1978
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

Aproximam-se duas datas com especial significado para os deficientes das Forças Armadas: 25 de Abril e 14 de Maio.

Foi em 14 de Maio de 1974 que um grupo de deficientes decidiu criar a ADFA; foi em 25 de Abril de 1974 que a criação da ADFA foi possível.

Para nós a comemoração do 14 de Maio, que será condigna, é também a comemoração do 25 de Abril porque sem este aquele não teria sido possível.

Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, muitos jovens portugueses, hoje a cumprir o serviço militar ou já na disponibilidade, estariam, vítimas das minas e das granadas, arrecadados no hospital militar, aguardando um futuro de ansiedade e de incertezas, tal como todos nós estivemos ao longo dos 13 anos de guerra.

Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, todos aqueles que, entre nós, têm hoje os seus processos revistos, ou em vias de revisão, as suas pensões atribuídas ou em vias disso, enfim, que estão a assistir à reparação justa dos atropelos cometidos com cada caso depois de cada acidente, continuariam na situação desesperada de gritantes injustiças.

Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, os deficientes das Forças Armadas continuariam, como joguetes, a correr de Repartição para Repartição, de Ministério para Ministério tentando esclarecer-se sobre direitos adquiridos ou resolvendo problemas relativos à sua situação militar, encontrando portas fechadas, recebendo esclarecimentos às avessas.

Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, permaneceriam, neste momento, cerradas as portas do ghetto onde o fascismo encurralou os deficientes, mantendo-os como seres diferentes marginalizados da sociedade.

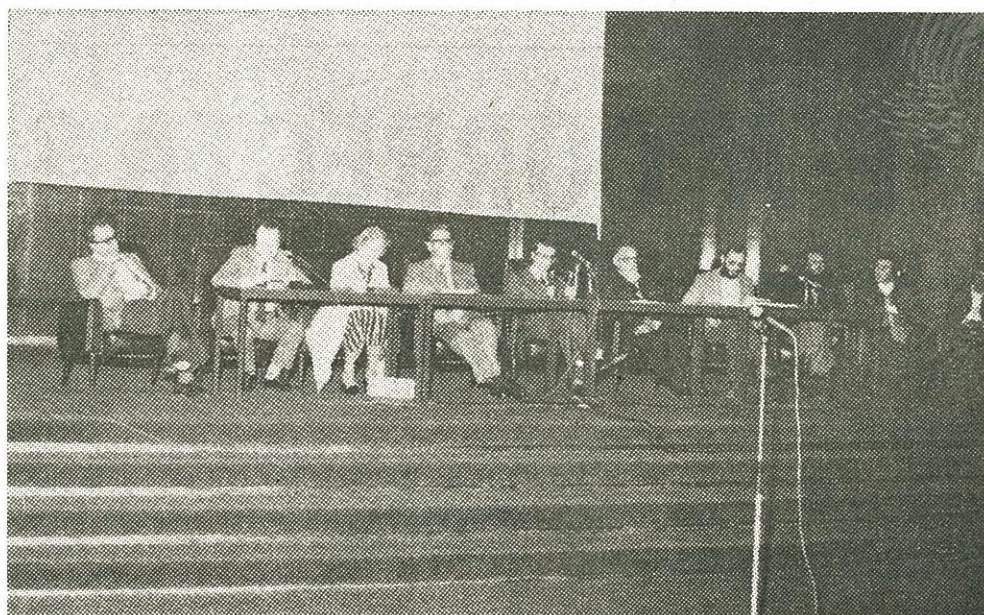
Se o 25 de Abril não tivesse acontecido, as pessoas continuariam, hoje, a olhar os deficientes na rua com a miséria e compaixão tanto a gosto do fascismo, e as portas do trabalho e do emprego manter-se-iam totalmente fechadas perante as tentativas vãs dos deficientes em se afirmarem como seres válidos e produtivos.

Não foi o 25 de Abril, magicamente, que operou todas estas alterações. Elas foram conseguidas graças, sobretudo, à actuação persistente e firme da ADFA e por isso vamos comemorar a data da criação da Associação com todo o entusiasmo. Mas, repetimos, tudo isto começou por ser possível porque o 25 de Abril aconteceu.

CONCLUSÕES DO 1.º CONGRESSO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Realizou-se em Lisboa, nos dias 13 a 18 de Março, o «1.º Congresso Nacional para o desenvolvimento da

criança», sob a responsabilidade e organização da Cooperativa para Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas (CERCI) de Lisboa.



Um aspecto da mesa que presidiu os trabalhos do Congresso
Foto: Farinho Lopes

criança», sob a responsabilidade e organização da Cooperativa para Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas (CERCI) de Lisboa.

A ADFA fez-se representar, conforme decisão já mencionada no nosso «ELO» em número anterior.

Estiveram no Congresso investigadores da Argélia, Canadá, Espanha, França, Suíça, Estados Unidos, Inglaterra,

que interessaram vivamente os mil congressistas presentes. Como foi sublinhado na sessão de Encerramento a participação e interesse de todos foi calorosa, evidenciando o clima de trabalho de que se revestiu todo o Congresso. Muitos interessados ficaram sem a possibilidade de estar nesta. No entanto, a CERCI de Lisboa propôs-se organizar Colóquios com entrada livre, a breve

prazo, onde todos poderão tomar contacto com as comunicações trazidas ao Congresso e as conclusões do mesmo.

O milhar de congressistas presentes eram pessoas ligadas aos problemas da criança, designadamente médicos, psicólogos, professores, assistentes sociais, educadores de infância, metodólogos e estudan-

tes de Psicologia.

A sessão inaugural foi presidida pelo dr. Azevedo Perdigão. Estavam igualmente presentes o Secretário de Estado de Segurança Social, eng.º Vítor Vasques, bem como o reitor da Universidade de Lisboa, prof. Ilídio do Amaral e o prof. Gil Henrique^s do Centro de Estudos de Epistemologia de Genebra, em representação do prof. Piaget, presidente honário do Congresso, além do Arquitecto António Pecegueiro, presidente da CERCI, e do dr. Oliveira Cruz, director do Centro de Investigação da CERCI.

Nesta sessão de abertura, afirmou-se claramente que este Congresso, bem como a realidade que são as CERCI, só são possíveis graças ao 25 de Abril. Também se constatou o quase nulo apoio das entidades oficiais, a de-

(Continua na 5.ª pág.)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA CONTEMPLA DEFICIENTES

Foi publicado no Diário da República de 20 de Março a Lei n.º 11/78, aprovada em 30 de Novembro último pela Assembleia da República, que vem estabelecer regalias especiais para todos os deficientes, militares e civis, com 60% ou mais de incapacidade, na aquisição de viatura própria, triciclos motorizados e cadeiras de rodas.

Logo após a aprovação desta Lei pela Assembleia da República (de realçar que foi aprovada por unanimidade) salientamos a sua importância para os de-

ficientes que se debatem com especial dificuldade de movimentação.

Com a publicação desta Lei fica assim um direito dos deficientes das Forças Armadas, abrangidos pelo decreto-lei n.º 43/76, alargado a todos os deficientes portugueses. Este facto constitui para a ADFA e para os deficientes das Forças Armadas, motivo de satisfação e orgulho, já que assim se assiste a um acto de justiça com dimensão nacional no apoio que é devido aos deficientes e porque o esforço desenvolvido pelos deficientes das Forças Armadas na conquista dos seus direitos é altamente compensado agora

(Continua na 10.ª pág.)

A ESMOLA AMESQUINHA, O TRABALHO DIGNIFICA!

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA DA ADFA CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do art. 28.º dos Estatutos convoca-se a Assembleia Geral Nacional para uma Reunião Ordinária, a realizar na Sede da Associação (Palácio da Independência) em Lisboa, no dia 8 de Abril de 1978, pelas 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 1 — Ratificação pela Assembleia Geral Nacional do elemento nomeado para o Conselho Fiscal Central como constante do n.º 1 do art. 19.º dos Estatutos.

PONTO 2 — Apreciação e aprovação do Relatório de actividades do Secretariado Nacional, Relatório e contas da Direcção Central e respectivo parecer do Conselho Fiscal Central relativos à gerência do ano de 1977.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O QUE É A ADEFA? SÓCIO DA ADEFA VÍTIMA DE ACIDENTE DE VIAÇÃO

Nem mais nem menos, o que é a A. D. F. A.? Será uma Organização comercial, que apenas procura obter lucros com as suas diversas actividades? Será uma Organização, onde determinadas pessoas exibem bem as suas «peneiras»? Será a nossa ASSOCIAÇÃO uma qualquer filial de algum partido político? Não, claramente não, nada disso. É alguma coisa muito mais importante, muito mais válida, muito mais nobre, pois a A. D. F. A. existe antes de mais dentro de cada um de nós; é uma espécie de uma segunda família, na qual uma forte unidade e solidariedade se faz sentir; é essa unidade e solidariedade que faz com que os associados se dirijam às Assembleias e outras reuniões, em massa, tal como aconteceu na Festa de Natal de 1977, no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto; é essa mesma solidariedade que faz com que os associados tragam as suas quotas em dia; é esse sentimento de unidade que obriga os associados a tomarem imediatamente a defesa da sua Associação, sempre que pessoas que não conheceram os horrores da guerra, tomem a liberdade de a atacar.

A ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS é hoje em termos prá-

ticos uma Organização implantada a nível nacional e destinada a servir especialmente aqueles que contraíram na guerra as mais diversas mazelas.

Saberão todos os nossos associados quais os Serviços que já se encontram montados e em funcionamento na Sede e nas diversas Delegações? Tudo isso que está à vista, desde o Serviço de Secretaria das diversas Delegações, ao fabrico de Próteses no Porto, é fruto de muito trabalho, cansaças, noites perdidas, reuniões a nível regional e nacional entre os responsáveis pela ASSOCIAÇÃO e com as Entidades Oficiais aos mais diversos níveis; convém aqui lembrar que muito recentemente na Assembleia da República os representantes do Povo Português aprovaram por unanimidade legislação respeitante aos cidadãos deficientes, civis e militares, tendo nessa altura a A. D. F. A. recebido como que o prémio da consagração ao ser apontada como Organização piloto; será bom citar aqui o contraste existente entre a atitude correcta dos nossos Deputados e o desleixo de alguns Deficientes que nem sequer se inscreveram ainda na sua ASSOCIAÇÃO. Tal elogio vindo de onde veio não deverá significar que a A. D. F. A.

não avance ainda mais no seu apoio aos Deficientes; não podemos descansar à sombra dos louros conquistados, mas, isso sim, ir mais longe ainda, pois a tal nos obrigam as responsabilidades contraídas; chegado a este ponto, é altura de fazermos um apelo aos Deficientes empregados na A. D. F. A. para que se tornem ainda mais eficientes, práticos e rápidos na execução dos seus serviços; e de uma maneira geral apela-se a todos os Deficientes no sentido de «empurrarem» para a ASSOCIAÇÃO aqueles que ainda não se inscreveram, pois só assim a A. D. F. A. será cada vez mais a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DE PORTUGAL. Se porventura alguns desses levantarem problemas de cariz político, tentando conotar a nossa ASSOCIAÇÃO com qualquer partido político, será bom lembrar o que sobre tal assunto consta nos nossos Estatutos, no ponto 2 do Art.º 4.º «A A. D. F. A. nunca poderá ter um carácter partidário ou seguir qualquer credo religioso, sendo vedado aos associados encaminhar a ASSOCIAÇÃO para qualquer partido ou religião ou ainda servir-se da mesma para iguais fins.»

OLIVEIRA DUARTE
Associado n.º 1383

Na madrugada do passado dia 7 de Março o sócio da Associação Manuel de Oliveira, que se encontrava internado no Hospital Militar, foi vítima de um acidente



Manuel de Oliveira

de viação na estrada marginal em Carcavelos, quando, conduzindo a sua viatura, se despiستou, saindo da estrada. Foi evacuado para o hospital onde chegou já sem vida.

Este associado, cuja deficiência era a amputação de uma perna, trabalhou, ultimamente, na linha de embalagem de produtos John-

son da responsabilidade da ADEFA.

O funeral realizou-se no dia 9 de Março às 15 horas para o cemitério de Benfica, tendo sido acompanhado pela família e por uma delegação da Associação.

CADEIRA DE RODAS PARA QUADRIPLÉGICOS MOVIMENTADA PELO QUEIXO

Um fabricante britânico criou uma cadeira de rodas eléctrica para quadriplégicos que não possam usar comandos normais. A condução, travagem e comando completo da velocidade, tudo isto é controlado pela pressão exercida pelo queixo numa alavanca de direcção.

A caixa de direcção é montada ou numa barra colocada à largura na parte da frente da cadeira ou em um dos braços da mesma. Tanto um tipo como outro são ajustáveis na altura.

A pressão inicial exercida pelo queixo, movimenta a cadeira suavemente para a frente; uma pressão maior engata uma marcha atrás. Exercendo pressões à direita ou à esquerda da alavanca de direcção a cadeira é levada para a direcção desejada, e basta retirar o queixo da alavanca da direcção para a cadeira sofrer uma paragem suave.

Um pequeno motor fixado em cada uma das rodas traseiras, é alimentado por 2 baterias 12-V colocadas debaixo do assento. Travões electrónicos nas rodas traseiras ministram um suave abrandamento da velocidade.

A cadeira pode ser fechada em menos de um minuto e pesa somente 39 kg com a caixa das baterias e menos de 26 kg sem a caixa. A dimensão total (aberta) é de 1,07 m de comprimento por 635 mm

de largura e 1,07 m de altura, a altura do chão ao assento é de 500 mm à frente e 420 mm atrás; a distância entre o pedestal e o assento pode ser ajustável de 405 mm a 480 mm.

DELICIENTES DA FUNDAÇÃO SAIN EM GREVE

Os trabalhadores cegos da Fundação Sain decidiram entrar em greve, reivindicando o aumento salarial de 1500 escudos mensais ou a sua colocação imediata no mercado normal de trabalho.

Estes deficientes encontram-se na Fundação Sain a fazer a sua reabilitação profissional. Acontece, porém, que a reabilitação de alguns deles dura há mais de 10 anos, aguardando este tempo todo a sua colocação no exterior. Esta «espera» por uma colocação compatível no mercado normal de trabalho vai sendo compensada com um pequeno subsídio que, sem direito à Previdência nem a quaisquer regalias sociais, não é suficiente para fazer face ao galopante aumento do custo de vida.

A fase mais melindrosa do processo de reabilitação de deficientes, ou seja a colocação no mercado de trabalho, é aqui, como em outras instituições e organismos oficiais, salientada pela dificuldade encontrada na sua execução. As entidades oficiais, nomeadamente ao Secretariado Nacional de Reabilitação e ao próprio governo, compete tomar as medidas necessárias para que situações como esta dos estagiários cegos da Fundação Sain deixem de ter lugar e a reabilitação possa ser um processo que tem princípio e fim e não um processo em que os deficientes encaixam numa fase qualquer aí ficando a vegetar.

QUAL É A CORRECTA ?

1 — A moeda corrente no México chama-se

- a) Libra
- b) Peso
- c) Dólar

2 — A capital da turquia é:

- a) Angora
- b) Istambul
- c) Cairo

3 — Diz-se que uma pessoa está empapuçada quando:

- a) Está a emagrecer
- b) Está gorda
- c) Está sóbria

4 — As cores da bandeira da Bélgica são o preto, o amarelo e...

- a) Vermelho
- b) Branco
- c) Verde

5 — Os animais abaixo descritos pertencem à classe das aves, à excepção de um, qual é?

- a) Garça
- b) Pinguim
- c) Estrujão

6 — Morfologia é a parte gramatical que estuda

- a) As formas da linguagem
- b) As formas da escrita
- c) A pontuação

7 — Vários são os pontos que têm uma figura caricatural. Em Portugal por exemplo, o Povo é representado pelo Zé-Povinho. E em Inglaterra?

- a) Uncle Sam
- b) Jacques Bonhomme
- c) John Bull

8 — Ao manto largo de lá usado pelos Romanos, dava-se o nome de:

- a) Sarí
- b) Toga
- c) Túnica

9 — O polígono que tem oito lados e consequentemente oito ângulos chama-se

- a) Exágono
- b) Pentágono
- c) Octógono

10 — Filho de D. Afonso V e D. Isabel, nasceu em Lisboa no ano de 1455. Foi cognomado de Príncipe Perfeito. Na batalha de Toro, fez-se notar pela sua valentia. Durante o seu reinado combateu a nobreza que se tornara arrogante e poderosa. Nas Cortes de Leiria por ele convocadas os delegados acusaram os fidalgos de usurparem terras pertencentes à Coroa. Mandou que se procedesse a rigoroso inquérito. Ao saber de tal inquérito a nobreza tentou resistir, pedindo auxílio a Castela. Denunciada a conspiração, condenou à morte D. Fernando de Bragança por ser o chefe dos conspiradores. Mais tarde os conspiradores tentaram vingar D. Fernando de Bragança que fora executado em Évora em 1483, mas novamente foram descobertos e foi o próprio rei que em Setúbal no ano de 1484 apunhalou o duque de Viseu como principal conspirador tentando seguir o infante D. Henrique acarinhou e protegeu a navegação. Por sua ordem Diogo de Azambuja fundou na Costa da Mina o Castelo de S. Jorge. Diogo Cão descobre em 1485 o rio Zaire e no ano seguinte a costa de Angola. Em 1487 dobra o Cabo da Boa Esperança. Morreu no Alvor em 1495 havendo suspeitas de ter sido envenenado Quem foi ele?

- a) D. João II
- b) D. Manuel I
- c) D. Fernando

Respostas — 1-b); 2-b); 3-b); 4-b); 5-c); 6-a); 7-c); 8-b); 9-c); 10-a);
Nota: Na 7.ª pergunta, Uncle Sam (tio Sam) representa o Povo norte-americano e Jacques Bonhomme a França.

FESTIVAL DE PENTEADOS A FAVOR DE CRIANÇAS DEFICIENTES

Os espectáculos de beneficência começam novamente a ter lugar. Os deficientes e os «pobrezinhos» sempre foram alvo de «sentida compaixão» por parte das camadas sociais mais abastadas.

Esta falsa solidariedade dos que têm de sobra com os que têm carências é um hobby favorito das pessoas que nada fazem e tudo têm das sociedades onde reina a injustiça e a desigualdade.

As classes dominantes e abastadas tudo fazem para manter a ordem das coisas, recorrendo a medidas como esta da beneficência. Efectivamente, a prática da distribuição das «migalhas» de quem tem demais parece altamente eficiente, na medida em que faz criar naqueles que recebem um sentimento de reconhecimento aos que dão, que pode cercear o sentimento de protesto e revolta.

Poderá acontecer, no entanto, que essa prática, que nós denunciamos e todos os deficientes conscientes denunciam em vez de contribuir para a manutenção da actual maneira de tratar os deficientes, contribua antes, com o repúdio que provoca, para um acelerar da consciencialização dos deficientes e precipitar, até, a almejada alteração das relações de sociedade com os deficientes.

Isto vem a propósito de um festival de penteados com fins beneficentes que teve lugar no dia 26 de Fevereiro em Lis-

boa com o objectivo de recolher fundos para a Associação de Pais de Crianças Deficientes Auditivas.

Esta Associação, que tem vivido com dificuldades, apenas com alguns subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian vise na necessidade, de vez em quando, de recorrer a este tipo de festas para angariar fundos. Caberá, no entanto, ao Governo assumir as suas responsabilidades e apoiar as iniciativas deste género que visam a integração de deficientes. Aliás, o Ministro dos Assuntos Sociais visitou recentemente esta Associação e prometeu interessar-se pelos deficientes que ali são recuperados.

Claro que com este festival de penteados, além de se pretender angariar fundos para os deficientes, pretendeu-se também divulgar os novos cortes de cabelo «tanto do agrado das nossas senhoras que gostam de aparecer em público bem penteadas».

Assim se vão divertindo as classes abastadas, ao mesmo tempo que praticam a caridade — tanto do seu apreço — ficam a conhecer os novos tipos de penteados que tanto distinguirão essas senhoras na rua, onde se diferenciaria perfeitamente do deficiente ou do pobrezinho que na esquina do Chiado estendendo-lhes a mão, lhes dá mais uma oportunidade de exibirem o seu penteado e os seus dentes de caridade.

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESETA A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTA CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

PERGUNTEI POR DEUS

*Perguntei por Deus
nas cidades e vilas,
montanhas e planícies.*

*Perguntei por Deus
ao vento
às ondas do mar.*

*Subi ao pico mais alto do mundo
com a ajuda de cientistas,
periscópios, binóculos e outros aparelhos,
e não vi Deus.*

*Viajei no tempo,
encontrei torquemada
perguntei-lhe por Deus
e não me respondeu nada.
Estava na época da inquisição
A Santa Inquisição
Só vi fogueiras, martírios
fome, peste e destruição.*

*Dei comigo na Guerra,
Na primeira Grande Guerra.
E perguntei por Deus
a um pobre soldado
que me respondeu
«Não sei. Ali em frente
está um homem, talvez casado,
talvez já tenha filhos. Mas disseram-me
que era um inimigo. Eu nunca o vi.
Mas tenho que matá-lo.»*

*Não desisti.
Voltei a perguntar por Deus
Vieram-me recordações
da 2.ª Guerra Mundial,
da nossa Guerra Colonial,
do Líbano
dos Palestinos.*

*Afinal
onde está Deus?*

*Perguntei por Deus
ao mineiro
também ao cavador.
E nada me responderam.*

*Perguntei por Deus, em todos os lugares,
no barco do alto mar,
no bairro da lata,
nada, não o encontrei.*

*Fiz a última tentativa,
juntei um explorado
e um explorador,
Perguntei-lhes por Deus
E então fiquei sabedor
que o Deus do explorado
é diferente do Deus do explorador.*

VICTOR SENGO



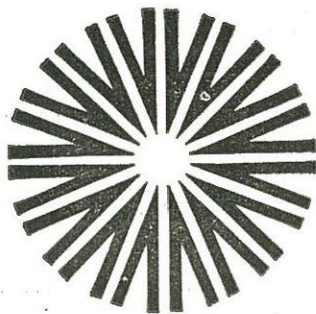
LEVANTA-TE DEFICIENTE

*Levanta-te Deficiente
A esmola queima a mão
Levanta-te e não permitas
Que se sirvam de ti
Como se fosses um trapo
Ou apenas um farrapo
Que só serve
para limpar o chão*

*Levanta-te Deficiente
exige que te olhem de frente
Levanta-te e não admitas
Ser fardo de toda a gente
Tens direito ao trabalho
Como qualquer cidadão
Em frente luta
Pela Associação*

*Levanta-te Deficiente
junta-te a teu irmão
Levanta-te Deficiente
Luta p'la emancipação.*

ABEL FORTUNA



QUEM NADA TEM

*Quem nada tem neste mundo
leva a vida amargurada
enquanto os que têm muito
a levam tão regalada.*

*Os pobres, os que trabalham
que lutam pelo seu pão
com frio, mal se agasalham,
e, a sua mesa é o chão.*

*Há uma sombra de tristeza
no olhar d'uma criança
por ver que na sua mesa
nunca se viu abastança*

*Quem tem fome e quer viver,
sofre na vida amargura
porque não ter que comer
é uma cruel desventura*

*Se os que têm a mesa farta
às vezes pensassem bem
que estão a comer a parte
daqueles que nada têm.*

ISOLINA ALVES



RUMO À LIBERDADE

*Dar as mãos contra a corrente
é dever do nosso povo.
Só assim será diferente
o nosso Portugal novo.*

*Para o reconstruir
com amor e devoção
só o vamos conseguir
lutando de mão na mão.*

*É dever de todos nós
defender a nossa terra
podermos erguer a voz
e a nobreza que ela encerra*

*De mãos dadas é melhor
a luta será comum
Portugal será maior
aos olhos de cada um*

*O trabalho é mais alegre
na vida, com amizade,
a luta será mais leve
com rumo à Liberdade*

ISOLINA ALVES

CORREIO

Voltamos a publicar, neste número, uma página inteira só com amadores. Temos hoje a participação da nossa assinante ISOLINA ALVES, mulher do nosso Povo que nunca frequentou a escola, mas isso nunca foi obstáculo para o seu amor à poesia.

Esperamos que a partir de agora os poetas amadores nos façam chegar as suas poesias para as poderemos publicar.

A CULTURA É UMA ARMA

Tal como oportunamente informámos, não foi possível, no número anterior, inserirmos o trabalho destinado a esta rubrica, tão do agrado dos nossos leitores.

O tema deste número é a Alemanha nazi. Pensámos em desenvolver o tema mas duas questões se nos puseram:

- ou o dividíamos em dois, três ou mais números;
- ou encheríamos várias páginas.

Acontece que nem uma nem outra hipótese nos pareceu a melhor porque, se o trabalho fosse dividido em vários números do «Elo» corríamos o risco de nos tornarmos um tanto maçadores e se o mesmo ocupasse muitas páginas correríamos igual risco. Por tal resolvemos resumir-lo não omitindo, contudo, os aspectos mais significativos desse tão conturbado período não só da história alemã como mundial.

Um último esclarecimento. Um ou outro assunto de especial relevo será objecto de trabalho específico a inserir em próximo período.

O III REICH

Muitas são as pessoas que constantemente se interrogam de como foi possível que Hitler e os seus acólitos, constituídos por morfinómanos, alcoólicos e marginais tivessem chegado ao Poder e posto o Mundo a ferro e fogo, causando mortes que se estimam em mais de 40 milhões de seres humanos.

Para a compreensão de tal «fenómeno» teremos que situar a Alemanha nos anos imediatos à 1.ª Grande Guerra. A seguir a 1918 encontra-se a Alemanha à beira do caos económico. Um rasto de destruição a envolve. A monarquia é substituída pela república de Weimar.

A República de Weimar nasceu em condições muito difíceis. O armistício de 11 de Novembro de 1918 impõe condições, descritas no documento de Compiègne que levaram, um ano mais tarde, à declaração do marechal Hindenburg: «O exército foi apunhalado pelas costas».

Em torno desta máxima incitaram-se os alemães a manifestações de patriotismo com o fim da anulação do tratado de Versalhes.

Entretanto, em 1919, a re-

25 DE ABRIL
—DIA DA LIBERDADE—

O Governo aprovou recentemente um decreto-lei que determina que «o dia 25 de Abril passa a designar-se Dia da Liberdade, devendo ser comemorado em todo o País, ao nível das comunidades locais, por forma a dar a devida projecção à data histórica do 25 de Abril».

No preâmbulo deste decreto-lei, publicado no Diário da República de 2 de Março, refere-se que «o dia 25 de Abril representa a libertação de Portugal e do povo português da feroz repressão de um regime totalitário e antidemocrático e o começo de um tempo novo, que restituiu aos Portugueses a liberdade e a democracia».

volução spartakista é ferozmente reprimida pelo governo social-democrata com o apoio do exército. Os principais dirigentes, Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht são presos e fuzilados.

Depois da «limpeza» da semana Vermelha de Berlim, os conservadores lançam-se numa vasta campanha de propaganda cujos pontos principais eram: banir os vermelhos e finalizar a humilhação alemã.

A ditadura vai tomando forma. À cabeça do Estado a Constituição coloca um presidente eleito por sufrágio universal, com poderes quase ilimitados. Pode dissolver o Reichstag (Parlamento), enquanto a Assembleia para o derrubar necessita de uma maioria de dois terços seguida de uma maioria eleitoral, nomeia o comandante-chefe dos exércitos, tem poderes para destituir o chanceler (1.º ministro).

O poder do Presidente estava expresso no Artigo 48.º da Constituição que dizia: «O Presidente do Reich, quando a ordem e a segurança se encontrem consideravelmente ameaçadas ou perturbadas, pode tomar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, e fazer interferir, quando necessário, a força armada.»

Tem ainda poder para legislar por decretos e suspender o exercício das liberdades, o «habeas corpus», inviolabilidade do domicílio, liberdades de expressão, de reunião e de associação.

Entretanto, a república vai atravessando momentos cada vez mais difíceis, agravados com os ódios políticos que muitas vezes levaram ao assassinio.

Mathias Erzberger, um dos signatários do armistício, é assassinado em Agosto de 1921. (Erzberger foi membro do centro, signatário do armistício de Compiègne. Ministro das Finanças de Julho de 1919 a Março de 1921, foi assassinado por dois antigos oficiais.)

Outro homem de Estado e poderoso nos meios financeiros é igualmente assassinado em Junho de 1922 — Walter Rathenau.

Já nesta época estava em eferescência o anti-semitismo, atribuindo-se aos judeus pesada responsabilidade na derrota alemã e na crise económica.

Depois da terrível inflação de 1923, o ano seguinte foi de eleições. A coligação de Weimar (constituída por socialistas-democratas, centro católico e partido democrata alemão), representada pelo dr. Marx que obteve 13,8 milhões de votos, opôs-se o marechal Hindenburg que somou 14,7 milhões de votos. Outro opositor — Ernest Thaelmann (dirigente comunista mais tarde assassinado no campo de concentração de Buchenwald), obteve 1,9 milhões de votos. Na segunda volta ganhou as eleições o marechal Hindenburg registando-se os votos comunistas, depois da desistência de Thaelmann, no marechal.

Os quatro anos seguintes foram de certa acalmia registando-se até uma certa prosperidade. Contudo, os conflitos partidários não arrefeceram apesar da suave primavera económica.

A partir de 1929 a crise aumenta e os ódios políticos aumentam igualmente. Stresemann, aliado aos ultra-nacionalistas «Capacetes de Aço», morre em 1930. Segue-se um governo de coligação com o socialista Hermann Muller, que não consegue resolver a crise, entretanto agravada com o problema da reforma da previdência e do desemprego. Forçado a demitir-se, segue-se o governo de Brüning que igualmente é vencido pela impotência de conseguir atenuar a crise económica.

Entretanto chegamos a Fevereiro de 1930. Nesta data 3,5 milhões de alemães tentam em vão um emprego. 1930 é ano de eleições, as 5.ªs elei-

ções legislativas da República de Weimar.

Recuando no tempo, mais precisamente ao ano de 1919, Drexler funda em Janeiro na cidade de Munique o partido nazi. Em Setembro do mesmo ano, o austríaco, antigo cabo do 1.º regimento de atiradores bávaros — Adolf Hitler — filiou-se nesse partido que tão ferozmente atacava os signatários do armistício, defendendo com igual ferocidade os indivíduos reclamados pelos aliados como criminosos de guerra. Os arrojados ataques que Hitler dirigia às instituições, aos culpados da derrota alemã, aos judeus, tornaram-no chefe do partido em 1929.

Como acima dissemos, 1930 foi ano de eleições a que concorreu o N. S. D. A. P. (Par-

tesse antigo estudante de agronomia e principal instigador da «pureza da raça». Evidentemente nunca se pronunciou contra o seu chefe, o austríaco, pelo menos não é do conhecimento público qualquer tomada de posição nesse sentido, aliás nem nesse nem em qualquer outro sentido que pudesse pôr em causa a ideologia nazi. Quando Himmler promulgou a interdição dos S. S. se casarem sem autorização prévia a fim de serem conhecidos os antecessores da noiva, Darré declarou, referindo-se ao escol da escumalha: «— Eis aqui o tronco da nova nobreza. Seleccionaremos o melhor sangue.»

Quantos inocentes morreriam mais tarde em consequência dessa «nova nobreza»!

1931 menciona 1484 actos de violência cometidos pelos SA, que causaram 62 mortos, 3200 feridos, 14 jornais assaltados, 11 repórteres e 5 vendedores feridos.

1932 foi ano de eleições presidenciais em que o marechal Hindenburg é reeleito.

Entretanto já Hitler ia acalentando sonhos de uma guerra rápida e eficaz que lhe permitisse o «espaço vital» enquanto fazia os preparativos para solucionar a questão judaica. 6 milhões de judeus pagaram com as vidas a política anti-semita desenvolvida pelo maior carrasco de todos os tempos.

Um exemplo da ferocidade dos nazis é o caso do assassinio de Potempa, localidade situada na Alta Silésia, em 1932.

Novo S. A. invadiram o domicílio dum operário de menor idade, arrancaram-no da cama e em frente de sua mãe foi assassinado a pontapé. O então Chanceler Von Papen, mais tarde colaborador de Hitler e com pesadas responsabilidades, tinha feito assinar pelo Presidente um decreto que instaurava a pena de morte para os autores de assassinios políticos. Os nove membros das S. A. foram condenados.

O general Groener, ministro do Interior e da Reichswehr tenta dissolver os SA e provocar a queda do N. S. D. A. P. Mas o partido consegue os brilhantes resultados que já dissemos, além de Goering ter sido eleito presidente do Reichstag da Prússia. Entretanto com a queda do governo de Brüning, o marechal-presidente concede amplos poderes a Von Papen que se apressa a levantar a suspensão dos S. A. e dos S. S. ainda em número reduzido. A título de curiosidade transcrevemos o comentário que o Volkischer Beobachter teceu acerca do assassinato: «...o início do esmagamento do banditismo assassino dos vermelhos... Um decreto nacional-socialista teria agido de forma mais enérgica... os filia-

dos dos partidos comunista e social-democrata seriam internados, juntamente com os agitadores intelectuais, em campos de concentração.

Esses campos de concentração por onde passaram e morreram milhões de pessoas provenientes dos países conquistados.

Entretanto, Hitler torna-se desde 1932 chanceler do Reich e mais tarde, por morte do Presidente Hindenburg, acumula as suas funções com as que anteriormente eram desempe-

nhadas pelo marechal. A partir dessa altura foi o descalabro da Alemanha. Imoralidades, corrupção, campos de concentração, a temível polícia secreta — Gestapo —, as cobaias humanas, as investigações científicas, enfim, um sem-número de atrocidades dificilmente concebidas senão por cérebros sádicos, destituídos de qualquer nesga de humanismo.

Não vamos relatar as invasões, nem tão-pouco os tormentos dos campos de concentração, pois estes serão temas para próximos trabalhos. Contudo faremos uma pequena referência às «investigações científicas» levadas a cabo nos campos de concentração vigiados pelas S. S. Injeções de fenol no coração. Operações em que tiravam a rótula, ou a tibia ou qualquer outro osso ou membro à vítima, colocação de prisioneiros completamente nus em campos de neve. Trabalho escravo, ingestão forçada de água salgada, as terríveis câmaras de gás.

A política do silêncio imposta pela Gestapo, que fez de cada alemão espião de si mesmo, permitiu que dentro da própria Alemanha existissem milhares de pessoas que desconheciam a realidade do país.

Como todo o pesadelo finda quando acordamos, igualmente o nazismo teve o seu fim.

O famoso processo de Nuremberg fez sentar no banco dos réus alguns dos principais causadores do terrível pesadelo que a Europa viveu.

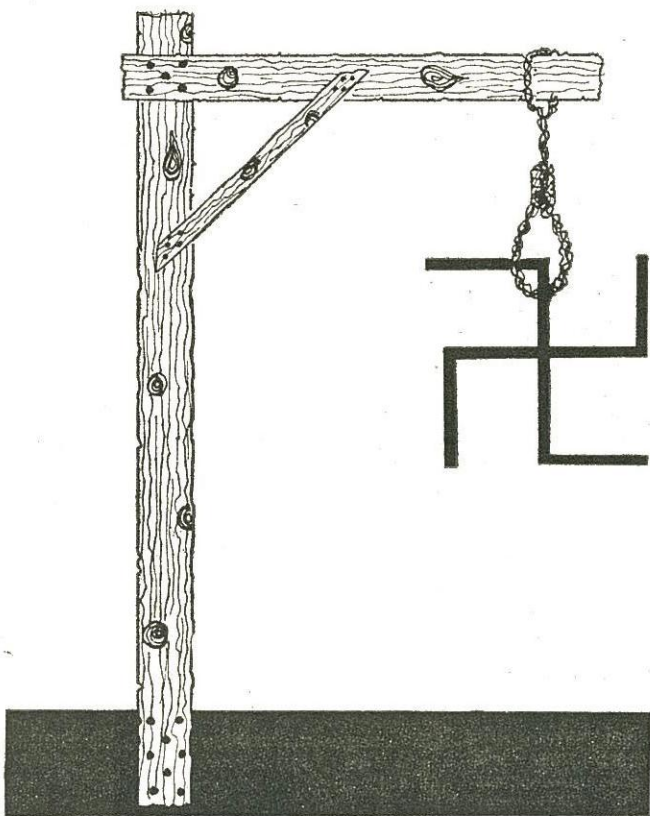
Efectivamente em 20 de Novembro de 1945, no Palácio da Justiça de Nuremberg inicia-se o julgamento dos criminosos nazis. Muitos responsáveis se suicidaram, outros fugiram, mas mesmo assim conseguiu-se reunir um bom grupo de criminosos, Martin Borman, Hans Frank, Wilhelm Frick, Walter Funk, Herman Goering, Alfred Jodl, Ernest Kaltenbrunner, Wilhelm Keitel, Joachim Von Ribentrop, Alfred Rosenberg, Fritz Sauckel, Arthur Seyss-Inquart, Julius Streicher, todos eles condenados à força, cuja sentença se cumpriu no pátio do cárcere de Nuremberg na noite de 15 para 16 de Outubro de 1946. Todos estes criminosos foram enforcados à excepção de Goering, o poderoso nazi, ministro do Ar, que possuía um comboio particular com inúmeros tesouros conseguidos de forma ilícita, que se suicidou horas antes.

Queremos abrir aqui um parêntesis. Como o presente trabalho já vai longo; como prometemos voltar ao assunto, vamos finalizar aqui esta rubrica. Muitos e importantes foram os assuntos que não foram expostos. Alguns leitores interrogar-se-ão sobre o motivo que nos levou a fazer o presente trabalho e a retomá-lo. Pois bem, responderemos a essas questões.

Nós, deficientes das Forças Armadas, fomos vítimas duma guerra desencadeada pelo fascismo. Neste 4.º ano da Liberdade, muitos são os agrupamentos de bandoleiros neo-nazis que constantemente ameaçam a Liberdade tão dificilmente conquistada. Além de que neste trabalho nos cingimos com maior incidência às origens do nazismo, omitindo, conscientemente, as causas, os suplícios dos campos de concentração, a guerra. Por tudo o que acabamos de dizer, e pela indole da rubrica e do assunto é que num futuro muito próximo voltaremos ao assunto.

BIBLIOGRAFIA: «O Julgamento de Nuremberg» de Heydecker e Leeb; «A subida de Hitler ao Poder», de Alfred Grosser; «Hitler disse - men», de Hermann Brausching; «A história da Gestapo», de Jacques de la Rue.

Ilustração do nosso colaborador especial Nani.



tido Nacional-Socialista Operário Alemão) conseguindo estrondosa vitória que se traduzia em maiores glórias para Hitler.

Enquanto os socialistas-democratas que antes ocupavam 152 lugares baixaram para 143, o Centro passou a dispor de 69 lugares em vez dos 61 que anteriormente tinha, os comunistas aumentaram de 54 para 77 lugares; o partido nazi conseguiu a maior vitória eleitoral, os 12 lugares que anteriormente detinham foram aumentados para 107.

Efectivamente pelos resultados eleitorais poderemos constatar que os nazis alcançaram uma vitória retumbante. Se se considera Hitler como responsável por semelhante êxito, teremos igualmente que responsabilizar o jornal «Volkischer Beobachter» que dirigido por Alfred Rosenberg muito contribuiu para a ascensão do nazismo na Alemanha. Muitos e significativos foram os antecedentes criados pelos nazis antes das eleições. Em 1923, mais propriamente no dia 8 de Setembro, Hitler tenta uma manifestação de força tendente a derrubar o governo. O «putsch» falhado de Munique que leva Hitler à cadeia. Foi no cárcere de Landsberg que Adolf Hitler escreveu o «Mein Kampf» (Minha Luta), que se tornou na bíblia dos nazis, sendo obrigatório os filiados no N. S. D. A. P. possuírem tal livro.

Entretanto dá-se um facto deveras pitoresco. O grande defensor do sangue ariano, da grande raça «os senhores, o líder da sociedade mais avançada — a alemã — esse homem que está preso corre o risco de ser expulso da Alemanha. Porque? Simplesmente porque o homem que mais tarde tomou conta dos destinos da Alemanha e se tornou o seu carrasco, era austríaco. Seria curioso saber-se a opinião de Darré,

Mas voltemos à prisão de Landsberg. Graças às influências o ex-cabo consegue a anulação da expulsão e diminuição da pena.

Novamente em liberdade em 1926, dedica-se arduamente à reconstituição e fortalecimento do partido. Cria as S. A. (secções de assalto) que impõe um clima de terror entre o povo dificilmente imaginável. Um memorandum do Partido Social-Democrata, publicado em

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL
ANUAL 100\$00
SEMESTRAL 50\$00
ESTRANGEIRO
ANUAL 200\$00
SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)
JUNTO ENVIO CHEQUE
VALE DE CORREIO
(Riscar o que não interessa)

CONCLUSÕES DO CONGRESSO

(Continuação da 1.ª pág.)

notar a falta de interesse por obras tão válidas.

Numa rápida explicação do que são a CERCi para os camaradas e amigos do «ELO» não tão identificados com estes assuntos, informamos que são Cooperativas e espírito de cooperação de pais de crianças inadaptadas, isto é, com dificuldade para integração imediata no ensino normal, e de professores e outros seus educadores.

Há já mais de vinte CERCi espalhados pelo País e muitos outros se encontram em formação. Para o Estado são escolas e realidades a proteger (finalmente!) dado o objectivo que têm, segundo as palavras do Eng.º Vítor Vasques.

Na sessão de encerramento, realizada novamente na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, após uma semana em que os trabalhos decorreram no Laboratório

Nacional de Engenharia Civil, repartidos por quatro áreas (Epistemologia e Psicologia Genéticas, Psicossociologia, Psicofatologia e Psicopedagogia) presidiu à mesa o ministro da Educação e Cultura. Ladearam-no o Reitor da Universidade de Lisboa, o prof. Miller Guerra, presidente do INIC, catedráticos da Universidade de Genebra e os principais responsáveis da CERCi de Lisboa.

Afirmou-se o êxito do

Congresso por unanimidade.

Ficou clara a certeza dos organizadores no trabalho que vão continuar com redobrado esforço no dia-a-dia das terras deste País a fim de também resolver o problema das crianças inadaptadas. Disse-se, objectivamente, que a resolução deste problema incumbe ao Estado e também a todos os cidadãos.

O Ministro da Educação e Cultura, dr. Sotto Maior Cardia, considerou-se admirador do «grande filósofo contemporâneo» que é Jean Piaget, o cidadão Suíço autor da perspectiva educacional tratada no Congresso.

Aos camaradas e amigos do «ELO» prometemos voltar ao assunto no próximo número. Assim, por agora deixemos só mais as recomendações gerais feitas pelo Dr. Oliveira Cruz na Sessão de Encerramento.

1. A criança não é um ser feito à imagem e semelhança do adulto. É uma pessoa diferente, qualitativamente diferente do adulto. É um ser social e, por isso, com papel social próprio a desempenhar. A sociedade familiar e a sociedade mais geral não podem nem destruir ou distorcer esse papel.

2. Chamamos, pois, a atenção de todos os responsáveis públicos ou individuais para a necessidade de uma verdadeira política de infância. Não podemos continuar a dizer-nos sociedade democrática sem reconhecermos à criança o retrato que lhe toca no desenvolvimento social.

3. A criança é um ser em evolução constante e acelerada. Não nos é possível conhecê-la e com ela conviver de forma rígida e mecânica. Torna-se necessário que todos os técnicos e os próprios pais conjuguem os seus esforços no sentido de multidisciplinarymente se adaptarem progressivamente ao mundo da criança.

4. Recomenda-se de um modo especial ao Estado para que não defina objectivos, estratégias e processos pedagógicos sem que para tal se tenha presente a perspectiva e experiências de Piaget.

5. Consideramos esta perspectiva, uma das mais válidas e consistentes sobre a qual se poderá construir as bases de uma autêntica pedagogia.

6. Recomenda-se a todos os responsáveis pela educação de que é preciso ter presente de que só é possível educação séria, quando se liga a prática à investigação. Aos profissio-



• CERCi já existentes
x CERCi em formação

nais deve ser facilitada a teorização de sua prática. 5. Recomenda-se ainda que os diferentes profissionais que trabalham com a criança desenvolvam uma colaboração interdisciplinar e intradisciplinar, tendo o psicólogo e o sociólogo tanto a aprender com o educador como este com aqueles.

6. Recomenda-se de maneira especial que nas práticas escolares o pedagogo e a instituição se debruçem não tanto sobre os resultados, mas sobre os processos de conhecer.

7. É preciso ter sempre presente também, que, a nível de prática pedagógica, a interacção entre pares e iguais é uma das causas fundamentais do desenvolvimento humano.

8. Sugerimos a criação de grupos de estudo que, saindo deste Congresso ou como consequência dele, continuem a debruçarem-se sobre as temáticas debatidas, e assim contribuam para uma verdadeira transformação da realidade educativa e científica.

9. Sugerimos também que a psicologia do desenvolvimento seja considerada a disciplina chave do curso de psicologia, e também que tanto em Medicina, como em Sociologia, e a Jurisprudência seja considerada obrigatória a Psicologia do Desenvolvimento.

10. Recomenda-se de um modo especialíssimo que a necessidade de se estudarem com os respectivos interessados os diplomas legais que possibilitem e promovam uma política coerente e séria sobre os inadaptados do País.

11. Recomenda-se aos Poderes Públicos que sejam procuradas e apoiadas soluções extrainstitucionais para resolver os problemas dos inadaptados, optando por soluções descentralizadas e inseridas nas comunidades locais.

12. Finalmente, recomenda-se a todos os congres-

sistas que sejam autênticos transformadores sociais nos seus postos de trabalho, e orientem os seus princípios básicos de orientação pela perspectiva profunda e ricamente humana de Piaget.

SÓCIO DA ADFA ASSASSINADO POR TIRO DE CAÇADEIRA

O sócio da Associação Fortunato Mateus Marques, residente em S. Domingos, conselho de S. Tiago do Cacém, foi assassinado, no passado dia 13 de Março, por um indivíduo que o alvejou com um tiro de caçadeira. O incidente ocorreu na noite do dia 13 à saída de um monte nas proximidades de S. Domingos, onde o nosso sócio, conjuntamente com outros indivíduos da terra, haviam passado um serão a jogar as cartas. O indivíduo que disparou a caçadeira



Fortunato Mateus Marques

encontra-se preso, sendo esta a segunda morte de que é responsável, pois já em tempos cometeu outro crime semelhante.

Este sócio da ADFA, que havia sido ferido com um tiro na guerra colonial, tendo ficado com uma deficiência num braço, deixou uma filha de 9 anos.

Acompanharam-no, no seu funeral, que se realizou dia 14 de Março, uma delegação da Associação que para o efeito se deslocou de Lisboa e um grupo de camaradas seus da zona de S. Tiago do Cacém, também sócios da ADFA e que frequentemente costumavam reunir-se para conviver e analisar problemas comuns.

DFA NO ACTIVO

SITUAÇÃO INSEGURA

Os deficientes das Forças Armadas que se encontram no activo em regime que dispense plena validade acabam de verificar que a sua situação profissional pode correr sérios riscos.

Efectivamente, alguns militares (capitães) deficientes nessa situação, ao serem avaliados pelo Conselho da Arma de Infantaria, foram incluídos na lista de oficiais a não promover ao posto imediato, a vigorar em 1978, tendo este Conselho formulado juízos ampliativos em que se invoca que, dadas as condições específicas em que os militares ingressaram no quadro permanente e a natureza das missões de serviço que desempenham, não reúnem conhecimentos militares, nem experiência profissional, requisitos julgados indispensáveis para o desempenho das funções que competem a um major de Infantaria.

Entretanto, o Conselho Superior do Exército analisou recentemente esta decisão do Conselho da Arma de Infantaria, em que os oficiais deficientes eram preteridos na sua promoção e anulou-a, tendo já sido promovido a major um capitão cuja promoção estava assim congelada.

Aquela decisão do Conselho da Arma de Infantaria ignorava totalmente a lei que regula a situação dos deficientes das Forças Armadas no activo, pois a Portaria n.º 94/76 do Ministério da Defesa Nacional, regulamentadora do Decreto-Lei n.º 43/76 no que respeita o serviço activo que dispense plena validade não estabelece que os deficientes no activo, oriundos do quadro de complemento, careçam de conhecimentos militares e experiência profissional especiais para efeitos de promoção. Bem pelo contrário, esta portaria estabelece que «Os deficientes das Forças Armadas, militares do quadro permanente ou do quadro de complemento, de qualquer posto ou graduação, que pela junta de saúde forem dados como aptos para o desempenho de cargos ou funções que dispensam plena validade, e optaram pela continuação na situação do activo em regime que dispense plena validade, serão promovidos, dentro dos respectivos quadros e escalas, em igualdade de condições com os restantes militares não deficientes das forças armadas desses quadros e escalas

e até ao posto ou grau mais elevado da sua hierarquia e quadro».

Entretanto, reconhecendo-se, embora, falta de conhecimentos básicos por parte dos militares que apenas tiveram um curso de oficiais milicianos rápido com vista à guerra colonial, estes não poderão ser prejudicados por não possuírem conhecimentos que nunca lhes foram facultados.

Verifica-se, antes, que há casos de militares deficientes que pretenderam uma formação especial para um melhor enquadramento na função militar e, incompreensivelmente, foi-lhes negado o acesso a essa formação.

A nível de aproveitamento dos militares deficientes no activo não se tem verificado um esforço das Forças Armadas no sentido de os colocar nos lugares apropriados, compatíveis com as suas deficiências e com as suas capacidades restantes. Enquanto alguns são desaproveitados, outros há que são colocados em funções menos próprias para deficientes.

A par desta falta de preocupação em colocar o deficiente no lugar correcto, produzindo o máximo das suas possibilidades e realizando-se profissionalmente, constata-se, em certos meios, sobretudo do Exército, uma «boa vontade» em afastar os deficientes do activo, considerando-os como que uma espécie de intrusos.

Esta segregação dos militares deficientes no activo, por parte das Forças Armadas, constitui um muito mau exemplo, já que são as próprias Forças Armadas a não se empenharem na integração profissional dos seus próprios deficientes, neste caso militares e tudo.

E, sendo assim, que moral teremos para exigir da sociedade civil aquilo que as Forças Armadas começam por nos negar?

Para além da questão puramente militar, e que afecta os deficientes militares no activo, esta flagrante tentativa de violação da lei que regula a situação dos deficientes das Forças Armadas não pode deixar de revestir-se de grande gravidade e significado para os deficientes, sobretudo por constituir um precedente de outras violações que poderiam seguir-se. Felizmente o Conselho Superior do Exército soube anular a tempo este precedente.



VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

**EM CURSO NA A D F A
GRANDE CAMPANHA DE DESPORTO**

Foi já desencadeada uma grande campanha de desporto na Associação que passará por várias fases. Numa primeira fase realizar-se-ão vários encontros desportivos internos, inter-delegações, prevendo-se, uma segunda fase, a promoção de encontros e torneios inter-Associações de deficientes.

Numa terceira fase — objectivo um pouco distante — pretender-se-á criar condições para encontros e torneios desportivos internacionais, com a participação de sócios da ADF e deficientes de outras Associações.

Assim, inserido nesta campanha realizou-se um torneio rápido de futebol de salão inter-delegações nos dias 18 e 19 de Março.

Participaram neste torneio equipas de Lisboa, Porto e Viseu e os jogos realizaram-se nas instala-

ções da Força Aérea em Monsanto.

No dia 18 realizaram-se os seguintes jogos, com os resultados a seguir:

Porto A-Viseu ... 8-2
Porto B-Lisboa A 2-4

No dia 19 houve os seguintes jogos:

Porto B-Viseu ... 7-4
Porto A-Lisboa A 0-4

Ficou assim classificada em primeiro lugar a equipa de Lisboa e em segundo e terceiro lugar as duas equipas do Porto. A equipa de Viseu ficou classificada em quarto e último lugar.

O melhor marcador foi o João da equipa do Porto (B) e o melhor guarda-redes foi o Vitor Miranda da equipa de Lisboa.

No dia 19, às 13 horas, depois do último jogo, houve na sede da Associação um almoço de confraternização dos participantes neste encontro, tendo, no final, sido entregues taças e medalhas aos melhores classificados. A equipa de Viseu recebeu uma taça como prémio de disciplina.

O segundo torneio inter-delegações terá lugar brevemente, desta vez, a realizar na delegação de Viseu.

Entretanto está em preparação mais um torneio especial, inserido nas comemorações do 4.º aniversário da Associação com as seguintes modalidades: basquetebol em cadeira de rodas e a pé, futebol de salão e tiro ao arco. No próximo número

de «Elo» será apresentado o programa deste torneio.

TORNEIO DE AMIZADE INTER-DEFICIENTES

Ainda dentro do programa das comemorações do 4.º aniversário da ADF vai realizar-se um

Torneio de Amizade Inter-Deficientes, tendo sido já enviada a seguinte circular para todas as organizações de deficientes.

Promovido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vai realizar-se um torneio de BILHAR, TÊNIS DE MESA, XADREZ, DAMAS e DOMINÓ, aos fins de semana, em data a estabelecer de acordo com o número de inscrições, e cujas finais se efectuarão no dia 13 de Maio, para comemoração do 4.º aniversário desta Associação.

Para este efeito encontram-se abertas inscrições até ao dia 25 de Março de 1978, findo o qual será organizado o calendário de jogos, e enviado às entidades participantes.

Haverá apuramento individual em todas as modalidades no DOMINÓ, que será por equipas de dois elementos.

Serão atribuídas taças e medalhas aos melhores classificados, conforme regulamento a distribuir.

Aproveitamos para solicitar a V. Exas., a oferta de uma taça e medalhas, para que o maior número possível de participantes possa ser contemplado.

A secção de Desportos da Associação também já enviou às organizações interessadas o regulamento deste torneio e que a seguir se transcreve:

A ADF através da sua Secção de Desportos informa todos os deficientes interessados em participar nas jornadas desportivas a realizar até ao dia 13 de Maio de 1978, que devem observar o seguinte preceituado:

- 1 — Fazer a sua inscrição até ao dia 25-3-78 conforme constante da circular enviada.
 - 2 — As inscrições serão feitas individualmente, excepto no dominó que serão por equipas de dois elementos.
 - 3 — A inscrição será confirmada contra a importância de 25\$00 (vinte e cinco escudos).
 - 4 — Qualquer elemento
- (Continua na 9.ª pág.)



As eq

SUBSÍDIOS PA

A Fundação Calouste atribuir à ADF mais um mil escudos, destinado à aquisição de viatura própria e triciclos motorizados para as Armadas sócios da ADF. A fim de melhor regular estes subsídios aos sócios da Associação aprovou um altera sensivelmente o critério quanto ao Montante do subsídio em cada caso e que a seguir

Esta Norma passará a reger pela Fundação Calouste Gulbenkian de subsídios para a participação própria, cadeiras de rodas e triciclos.

- 1) — Na atribuição do subsídio para aquisição de viatura própria, cadeiras de rodas e triciclos, deve ter-se em conta do:
 - a) — A deficiência do indivíduo;
 - b) — Condições monetárias.
- 2) — No aspecto da deficiência o subsídio só será feito se a necessidade estiver directamente relacionada com a mesma seja um entrave profissional.
- 3) — Quanto ao aspecto económico conta as seguintes coordenadas:
 - a) — Encargos familiares (casado, solteiro);
 - b) — Que se encontrem abrangidos;
 - c) — Se é reformado em serviço;
 - d) — Se não está abrangido por

LINHA DE EMBALAGEM DE PRODUTOS JOHNSON TRABALHO PARA MAIS 18 DEFICIENTES

Tal como temos noticiado já no «Elo», para além da colocação definitiva de deficientes em postos de trabalho no exterior, a Associação tem conseguido ocupar deficientes em algumas tarefas especiais que, muito embora não se trate de um emprego estável, tem como objectivo manter produtivos e remunerados alguns deficientes que aguardam colocação no mercado normal de trabalho.

Uma dessas tarefas, linha de embalagem de produtos Johnson, tem ocupado, desde fins de 1975, uma média de 18 deficientes com uma remuneração razoável. Em 1977 a Johnson pagou a estes trabalhadores cerca de mil e quinhentos contos, tendo recebido cada um a média de nove mil escudos por mês.

Ultimamente (últimos 3 meses) esta tarefa tem estado parada, por não haver necessidade, por parte da Johnson, de embalar produtos. Recomeçaram agora as actividades com a ocupação, para já, de 9 deficientes, prevendo-se, numa segunda fase a ocupação permanente de 18 deficientes.

Nesta tarefa têm sido colocados de preferência grandes deficientes, sobretudo cegos, cuja colocação no exterior é sempre morosa e difícil.

A linha de montagem funcionou durante alguns meses nas instalações da sede da Associação, em Lisboa, funcionando actualmente no Depósito Geral de Material Sanitário (instalações do Exército), em dependências cedidas para o efeito.

REALIZOU-SE EM 4 DE MARÇO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ZONA NORTE

De acordo com os Estatutos da ADF, a Assembleia Geral Nacional Ordinária deverá realizar-se até 31 de Março de cada ano.

Entretanto, as Zonas (Norte, Centro e Sul) devem realizar Assembleias Gerais Ordinárias de Zona até 5 de Março de cada ano para a aprovação do relatório e contas das Direcções de Zona, a fim de ser elaborado o relatório de Actividades e Contas da Direcção Central para ser presente à Assembleia Geral Nacional.

Este ano é o primeiro em que, com a aprovação dos novos estatutos, esta máquina democrática entra em funcionamento, notando-se algumas dificuldades à partida. Assim as Assembleias Gerais das Zonas Centro e Sul não se realizaram dentro do prazo previsto (até 5 de Março), devendo ter lugar em 25 de Março, o que levou a que a Assembleia Geral Nacional Ordinária se realize apenas em 8 de Abril.

Entretanto a Assembleia Geral Ordinária da Zona Norte realizou-se no dia 4 de Março, com a presença de 133 sócios de vários concelhos do Norte, tendo sido aprovado o relatório de actividades e contas da Direcção da Zona Norte, bem como 3 propostas de orientação de alguns aspectos da vida interna da Associação.

Transcrevemos a seguir o relatório de actividades aprovado, bem como as 3 referidas propostas. Do relatório de actividades não publicamos a parte referente à oficina de próteses, visto que o fizemos já no último número.

Quanto às contas relativas à Zona Norte, as mesmas serão incluídas nas contas gerais da Associação a apresentar à Assembleia Geral Nacional que serão, tal como o relatório de actividades da Direcção Central, publicadas no próximo número do «Elo».

Devido às carências de ordem económico-financeira que se vieram a expressar na distribuição do orçamento anual, as actividades da Zona Norte,

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA RECEBEU REPRESENTANTES DA ADF

A fim de se encontrar solução para vários problemas com que se debate a escola da ADF em Lisboa, foi solicitada uma entrevista ao Secretário de Estado da Orientação Pedagógica. O Secretário de Estado recebeu uma delegação da Associação no passado dia 7 de Março.

A questão fundamental a tratar com o MEC era, e continua a ser, o pagamento aos professores que leccionam na Associação desde o início deste ano. O Ministério da Educação e Cultura havia prometido que pagaria aos professores da Associação à semelhança, aliás, do que sucedeu no último ano lectivo. Esse pagamento ainda não se processou e com esta entrevista do Secretário de Estado da Orientação Pedagógica não se passou do reiterar dessa intenção.

Entretanto a Associação, que no início do último ano não incluiu no seu orçamento qualquer verba para pagamento de vencimentos de professores, vê-se perante uma situação difícil se por parte do MEC não se passar das intenções à prática.

Nesta entrevista com o Secretário de Estado da Orientação Pedagógica foram tratadas outras questões relativas ao funcionamento da Escola da Associação durante este ano e no próximo ano lectivo.

nada pela rentabilidade, de difícil previsão, dos sectores reprodutivos.

I — DELEGAÇÃO DO PORTO

Para mais fácil compreensão, indicam-se por sectores as actividades desta Delegação:

- A — SECRETARIA
- B — SECÇÃO DE PESSOAL
- C — CONTABILIDADE
- D — REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
- E — POSTO CLÍNICO
- F — OFICINA DE PRÓTESES
- G — OFICINA DE MARCELAGEM
- H — CANTINA
- I — BAR

A — Secretaria

- Sumário:
- 1 — AMBITO
 - 2 — PESSOAL
 - 3 — ESTATÍSTICA
 - 4 — PROCESSOS DE TRABALHO

1 — Esta secção, embrão da Delegação do Porto, procede à triagem, encaminhamento e resolução dos assuntos que lhe são postos.

De Janeiro a Outubro as

(Continua na 8.ª pág.)



Flagrante da distribuição das taças colhido pelo nosso irmão Lopes

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

4.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

A ADFA completa, no próximo dia 14 de Maio, quatro anos de existência como Associação livre e independente dedicada à defesa dos interesses dos seus associados que já são alguns milhares, mas que esperamos venham a ser todos os cidadãos Portugueses que se deficientaram durante a prestação do Serviço Militar, assim como aqueles que, à data da morte do militar ou deficiente, dele dependiam directa e economicamente.

No número anterior do «Elo», foi já feita uma breve referência a esta data e à existência duma Comis-

são Coordenadora Nacional para as comemorações da mesma. Efectivamente, o Secretariado Nacional, na sua reunião ordinária de 7 de Janeiro do corrente ano, decidiu nomear uma Comissão de 3 elementos, encarregada de coordenar todos os trabalhos relacionados com a preparação das comemorações e de apresentar, na reunião ordinária daquele órgão, a realizar em 1-4-78, um programa concreto das actividades a levar a cabo, a fim de ser aprovado e atribuídas as verbas necessárias à execução do programa. Neste momento, encontra-se praticamente elaborado o referido programa, após reunião havida na Sede da Associação, no passado dia 18, entre a Comissão Coordenadora Nacional e as várias Comissões para o efeito oportunamente nomeadas pelas Zonas. Da reunião resultou um nítido consenso sobre o programa de comemorações a apresentar ao Secretariado Nacional, embora certos pormenores ficassem sujeitos a confirmação até ao dia 1 de Abril.

Para que os sócios e leitores do «Elo» possam desde já ter uma ideia da amplitude e da forma que desejamos dar à festa do nosso 4.º Aniversário, aqui deixamos em breve resumo das actividades aprovadas na Reunião da Comissão Coordenadora Nacional com as Comissões de Zona e a apresentar ao Secretariado Nacional para aprovação. De referir que, embora nomeados e convocados para esta reunião, não estiveram representadas na reunião, a Comissão de Comemorações da Zona Norte, a Comissão de Delegação de Viseu e a Comissão de Castelo Branco (A Zona Centro decidiu que cada Delegação nomeasse, para as comemora-

ções do 4.º aniversário da ADFA, Comissões autónomas).

COMEMORAÇÕES A NÍVEL DE ZONA

ZONA DE LISBOA:

— Dia 9 de Maio (33.º aniversário do fim da 2.ª Guerra Mundial). Colóquio, na Sede da ADFA, sobre a Paz, para o qual serão convidadas várias entidades civis e militares, nomeadamente uma representação do Conselho Mundial da Paz.

ZONA SUL:

— Dia 5 de Maio — Concerto pela Banda da Região Militar do Sul, destinado aos sócios e seus familiares.

— Dia 6 de Maio, à tar-

de — Colóquio sobre a integração do Deficiente na Sociedade Portuguesa e internacional, dirigido por um Professor do Instituto Universitário de Évora.

A noite — Colaboração do Centro Cultural de Évora com a apresentação de uma peça de teatro para os Sócios da ADFA.

DELEGAÇÃO DE COIMBRA:

Dia 6 de Maio — Colóquio sobre medicina preventiva, conduzido pelo Prof. Fernando de Oliveira, catedrático da Universidade de Coimbra.

— Programa de variedades, a cargo do «Atlético Clube do Arieiro».

Dia 7 de Maio — Jogo

(Continua na 9.ª pág.)



ipas participantes no torneio

Foto: Farinho Lopes

RA MEIOS PRÓPRIOS DE LOCOMOÇÃO E GRANDES DEFICIENTES

Julbenkian acaba de subsídio de duzentos comparticipação na cadeiras de rodas deficientes das Forças Armadas.

umentar a atribuição a Direcção Central norma própria que rio até aqui seguido subsídio a atribuir em se transcreve.

r o subsídio constituído n, destinado à atribuição ão na compra de viatura los motorizados.

aos D. F. A. que desejem rodar ou triciclos moto- princípios fundamentais:

a atribuição de qualquer sidade de viatura própria n a sua deficiência; desde sua reintegração sócio-

nico, devem ser tidas em ado, casado com filhos, jidos pelo Dec.-Lei 43/76; viço; r qualquer legislação.



próter fotográfico Fa-

4 — Após ser feito um estudo paralelo da deficiência e da condição económica do deficiente, a atribuição do subsídio será feita dentro dos princípios que a seguir se indicam.

a) — A razão da necessidade justifica-se em todos os casos em que se verifique paralisia dos membros inferiores ou amputação dos mesmos.

b) — A razão da necessidade justifica-se em todos os casos em que se verifique amputação dos membros superiores.

ÚNICO: Deve o deficiente que requerer o subsídio, apresentar próteses devidamente funcionais.

c) — A razão da necessidade justifica-se nos casos em que se verifique paralisia de um membro inferior ou amputação do mesmo pelo terço superior.

d) — A razão da necessidade justifica-se nos casos em que se verifique deficiências múltiplas que condicionam gravemente a locomoção.

(Continua na 9.ª pág.)

SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO RECEBEU A DIRECÇÃO DA ADFA

A Secretária Nacional de Reabilitação convocou a Direcção Central da ADFA para uma reunião no passado dia 1 de Março.

Nesta reunião a Secretária Nacional de Reabilitação informou a Direcção da Associação das várias diligências já efectuadas desde a sua nomeação, salientando a dificuldade que tem surgido em encontrar instalações adequadas para o funcionamento do organismo (SNR) a que preside. Efectivamente, sem instalações próprias torna-se difícil o arranque do Secretariado Nacional de Reabilitação, com a admissão dos trabalhadores previstos e com a nomeação do Conselho Nacional de Reabilitação. A Direcção da ADFA foi informada que havia sido solicitado ao Governo a compra de instalações próprias, já que se torna difícil, através de arrendamento, encontrar um andar ou mais que reúnam os requisitos especiais para funcionamento de um organismo para deficientes.

O motivo fundamental de o Secretariado Nacional de Reabilitação ainda não se encontrar a funcionar em pleno (a Secretária Nacional to posse em Novembro do ano passado) situa-se na recente crise governamental que foi bastante longa.

Entretanto, como já várias vezes o temos referido, a morosidade, que tem sido característica dominante deste processo, preocupa-nos e esperamos que sejam encontradas, o mais rápido possível, as instalações adequadas para que o Secretariado Nacional de Reabilitação entre em funcionamento pleno. Do Governo depende, agora e sempre, acelerar ou não a resolução dos problemas dos deficientes deste País.

DIRECÇÃO CENTRAL DESLOCOU-SE À ZONA CENTRO

A Direcção Central deslocou-se, no dia 14 de Março, à Zona Centro, onde teve uma reunião de trabalho com os órgãos sociais daquela zona (Direcção de Zona, Mesa da Assembleia Geral de Zona e Direcção da delegação de Coimbra). Esta reunião teve como objectivo a preparação da Assembleia Geral ordinária da Zona Centro que ficou marcada para o dia 25 de Março, na sede da delegação da Associação em Castelo Branco.

DEFICIENTES PROCURAM EMPREGO

Prosseguimos, neste número, a publicação da longa lista de deficientes que se encontram inscritos na Associação nos serviços de colocação. Esta publicação tem como finalidade a utilização do «Elo» para facilidade de colocação. Assim, os sócios e leitores que tenham conhecimento, nas localidades referidas, de vagas das profissões indicadas ou outras, para uma possível colocação de deficientes, podem colaborar nesta tarefa da Associação, comunicando com a sede em Lisboa e indicando essas mesmas vagas.

Também os sócios que se encontram desempregados e que ainda não se encontram inscritos nos serviços de colocação da Associação deverão fazê-lo, na sede ou na delegação a que pertencem, pois que uma oportunidade de colocação pode surgir e, nesse caso, serão de imediato contactados pela Associação.

PEDIDOS DE COLOCAÇÃO POR LOCALIDADES

ANGRA DO HEROÍSMO	— Dactilografia	1
ALMADA	— Dactilografia	1
»	— Fotógrafo	1
»	— Electromecânica	1
»	— Indiferenciado	3
»	— Contínuo/Porteiro	2
»	— Electricista	1
»	— Emp. Balcão	1
»	— Indiferenciado	1
AMARANTE	— Indiferenciado	1
ALHOS VEDROS	— Contínuo/Porteiro	1
ANADIA	— Indiferenciados	1
ABRANTES	— Emp. Escritório	1
AVEIRO	— Indiferenciado	1
AGUEDA	— Indiferenciado	1
ALHANDRA	— Dactilografia	1
ALPIARÇA	— Indiferenciado	1
AMADORA	— Canalizador	1
ALENQUER	— Indiferenciado	1
BARREIRO	— Emp. Escritório	1
»	— Indiferenciado	1
»	— Vigilante	1
»	— Contínuo/Porteiro	1
BRAGA	— Emp. Balcão	1
»	— Desenhador	1
»	— Electricista	1
BRAGANÇA	— Emp. Escritório	1
»	— Contínuo/Porteiro	1
»	— Motorista	1
»	— Indiferenciados	1
BARCELOS	— Desenhador	1
»	— Indiferenciado	1
COIMBRA	— Indiferenciados	4
»	— Contínuo/Porteiro	2
»	— Ag. Téc. Agrícola	1
»	— Emp. Escritório	2
»	— Carpinteiro	1
CHAMUSCA	— Dactilografia	1
COVILHA	— Carpinteiro	1
CINFAES	— Dactilografia	1
CASCAIS	— Indiferenciado	1
CAMINHA	— Contínuo/Porteiro	1
DAMAIA	— Telefonista	1
ESTREMOZ	— Indiferenciado	1
»	— Telefonistas	2
»	— Dactilografia	1
ÉVORA	— Ajustador (CELOL)	1
»	— Indiferenciado	1
ELVAS	— Emp. Alfandegário	1
FELGUEIRAS	— Emp. Balcão	1
FAFE	— Contínuo/Porteiro	1
FIGUEIRA DA FOZ	— Empreg. Escritório	2
FARO	— Padeiro	1
»		



A SPORTO



As equipas participantes no torneio

Foto: Farinho Lopes

Torneio de Amizade Inter-Deficientes, tendo sido já enviada a seguinte circular para todas as organizações de deficientes.

Promovido pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vai realizar-se um torneio de BILHAR, TÊNIS DE MESA, XADREZ, DAMAS e DOMINÓ, aos fins de semana, em data a estabelecer de acordo com o número de inscrições, e cujas finais se efectuarão no dia 13 de Maio, para comemoração do 4.º aniversário desta Associação.

Para este efeito encontram-se abertas inscrições até ao dia 25 de Março de 1978, findo o qual será organizado o calendário de jogos, e enviado às entidades participantes.

Haverá apuramento individual em todas as modalidades no DOMINÓ, que será por equipas de dois elementos.

Serão atribuídas taças e medalhas aos melhores classificados, conforme regulamento a distribuir.

Aproveitamos para solicitar a V. Exas., a oferta de uma taça e medalhas, para que o maior número possível de participantes possa ser contemplado.

A secção de Desportos da Associação também já enviou às organizações interessadas o regulamento deste torneio e que a seguir se transcreve:

A ADFA através da sua Secção de Desportos informa todos os deficientes interessados em particular nas jornadas desportivas a realizar até ao dia 13 de Maio de 1978, que devem observar o seguinte preceituado:

1 — Fazer a sua inscrição até ao dia 25-3-78 conforme constante da circular enviada.

2 — As inscrições serão feitas individualmente, excepto no dominó que serão por equipas de dois elementos.

3 — A inscrição será confirmada contra a importância de 25\$00 (vinte e cinco escudos).

4 — Qualquer elemento

(Continua na 9.ª pág.)

4.º ANIVERSÁRIO

A ADFA completa, no próximo dia 14 de Maio, quatro anos de existência como Associação livre e independente dedicada à defesa dos interesses dos seus associados que já são alguns milhares, mas que esperamos venham a ser todos os cidadãos Portugueses que se deficientaram durante a prestação do Serviço Militar, assim como aqueles que, à data da morte do militar ou deficiente, dele dependiam directa e economicamente.

No número anterior do «Elo», foi já feita uma breve referência a esta data e à existência duma Comis-

são Coordenadora Nacional para as comemorações da mesma. Efectivamente, o Secretariado Nacional, na sua reunião ordinária de 7 de Janeiro do corrente ano, decidiu nomear uma Comissão de 3 elementos, encarregada de coordenar todos os trabalhos relacionados com a preparação das comemorações e de apresentar, na reunião ordinária daquele órgão, a realizar em 1-4-78, um programa concreto das actividades a levar a cabo, a fim de ser aprovado e atribuídas as verbas necessárias à execução do programa. Neste momento, encontra-se praticamente elaborado o referido programa, após reunião havida na Sede da Associação, no passado dia 18, entre a Comissão Coordenadora Nacional e as várias Comissões para o efeito oportunamente nomeadas pelas Zonas. Da reunião resultou um nítido consenso sobre o programa de comemorações a apresentar ao Secretariado Nacional, embora certos pormenores ficassem sujeitos a confirmação até ao dia 1 de Abril.

Para que os sócios e leitores do «Elo» possam desde já ter uma ideia da amplitude e da forma que desejamos dar à festa do nosso 4.º Aniversário, aqui deixamos em breve resumo das actividades aprovadas na Reunião da Comissão Coordenadora Nacional com as Comissões de Zona e a apresentar ao Secretariado Nacional para aprovação. De referir que, embora nomeados e convocados para esta reunião, não estiveram representadas na reunião, a Comissão de Comemorações da Zona Norte, a Comissão da Delegação de Viseu e a Comissão de Castelo Branco (A Zona Centro decidiu que cada Delegação nomeasse, para as comemora-

SUBSÍDIOS PARA MEIOS PRÓPRIOS DE LOCOMOÇÃO DE GRANDES DEFICIENTES

A Fundação Calouste Gulbenkian acaba de atribuir à ADFA mais um subsídio de duzentos mil escudos, destinado à comparticipação na aquisição de viatura própria, cadeiras de rodas e triciclos motorizados por deficientes das Forças Armadas sócios da Associação.

A fim de melhor regulamentar a atribuição destes subsídios aos sócios, a Direcção Central da Associação aprovou uma norma própria que altera sensivelmente o critério até aqui seguido quanto ao Montante do subsídio a atribuir em cada caso e que a seguir se transcreve.

Esta Norma passará a regular o subsídio constituído pela Fundação Calouste Gulbenkian, destinado à atribuição de subsídios para a comparticipação na compra de viatura própria, cadeiras de rodas e triciclos motorizados.

1) — Na atribuição do subsídio aos D. F. A. que desejem adquirir viatura própria, cadeiras de rodas ou triciclos motorizados, deve ter-se em conta dois princípios fundamentais:

- A deficiência do indivíduo;
- Condições monetárias.

2) — No aspecto da deficiência, a atribuição de qualquer subsídio só será feita se a necessidade de viatura própria estiver directamente relacionada com a sua deficiência, desde que a mesma seja um entrave à sua reintegração sócio-profissional.

3) — Quanto ao aspecto económico, devem ser tidas em conta as seguintes coordenadas:

- Encargos familiares (casado, casado com filhos, solteiro);
- Que se encontrem abrangidos pelo Dec.-Lei 43/76;
- Se é reformado em serviço;
- Se não está abrangido por qualquer legislação.

4 — Após ser feito um estudo paralelo da deficiência e da condição económica do deficiente, a atribuição do subsídio será feita dentro dos princípios que a seguir se indicam.

- A razão da necessidade justifica-se em todos os casos em que se verifique paralisia dos membros inferiores ou amputação dos mesmos.
- A razão da necessidade justifica-se em todos os casos em que se verifique amputação dos membros superiores.

ÚNICO: Deve o deficiente que requerer o subsídio, apresentar próteses devidamente funcionais.

- A razão da necessidade justifica-se nos casos em que se verifique paralisia de um membro inferior ou amputação do mesmo pelo terço superior.
- A razão da necessidade justifica-se nos casos em que se verifique deficiências múltiplas que condicionam gravemente a locomoção.

(Continua na 9.ª pág.)

SECRETÁRIA NACIONAL DE REABILITAÇÃO RECEBEU A DIRECÇÃO DA ADFA

A Secretária Nacional de Reabilitação convocou a Direcção Central da ADFA para uma reunião no passado dia 1 de Março.

Nesta reunião a Secretária Nacional de Reabilitação informou a Direcção da Associação das várias diligências já efectuadas desde a sua nomeação, salientando a dificuldade que tem surgido em encontrar instalações adequadas para o funcionamento do organismo (SNR) a que preside. Efectivamente, sem instalações próprias torna-se difícil o arranque do Secretariado Nacional de Reabilitação, com a admissão dos trabalhadores previstos e com a nomeação do Conselho Nacional de Reabilitação. A Direcção da ADFA foi informada que havia sido solicitado ao Governo a compra de instalações próprias, já que se torna difícil, através de arrendamento, encontrar um andar ou mais que reúnam os requisitos especiais para funcionamento de um organismo para deficientes.

O motivo fundamental de o Secretariado Nacional de Reabilitação ainda não se encontrar a funcionar em pleno (a Secretária Nacional tosse em Novembro do ano passado) situa-se na recente crise governamental que foi bastante longa.

Entretanto, como já várias vezes o temos referido, a morosidade, que tem sido característica dominante deste processo, preocupa-nos e esperamos que sejam encontradas, o mais rápido possível, as instalações adequadas para que o Secretariado Nacional de Reabilitação entre em funcionamento pleno. Do Governo depende, agora e sempre, acelerar ou não a resolução dos problemas dos deficientes deste País.

DIRECÇÃO CENTRAL DESLOCOU-SE À ZONA CENTRO

A Direcção Central deslocou-se, no dia 14 de Março, à Zona Centro, onde teve uma reunião de trabalho com os órgãos sociais daquela zona (Direcção de Zona, Mesa da Assembleia Geral de Zona e Direcção da delegação de Coimbra). Esta reunião teve como objectivo a preparação da Assembleia Geral ordinária da Zona Centro que ficou marcada para o dia 25 de Março, na sede da delegação da Associação em Castelo Branco.



Flagrante da distribuição das taças colhido pelo nosso repróter fotográfico Farinho Lopes

REALIZOU-SE A ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA ZONA NORTE

(Continuação das págs. centrais)
actividades deste sector estiveram distribuídas por dois serviços: Informações e Secretaria.

A partir de Outubro houve uma reestruturação por forma a conseguir-se uma maior eficiência, que consistiu na junção daqueles serviços, resultando daí uma definição mais objectiva das suas funções e que se resumem ao seguinte:
a) Atendimento, que poderá ser para assuntos da Secção ou encaminhamento para outras Secções.
b) Inscrição de novos sócios.
c) Ficheiro.
d) Arquivo.
e) Correspondência, que é entrada, com registo e distribuição, quer saída, com compilação, despacho, registo e envio.
f) Tratamento e situação processual, exposições enviadas e reaberturas de processos, actualizações de pensões e resolução de casos pendentes.
g) Cartões: sócios, reformados, D. F. A., entradas na M. M., gasolina e outros.
h) Dactilografia, quer para assuntos da secção, quer para outros serviços.
i) Pensões de Preço de Sangue.

2—De Janeiro a Outubro funcionou com quatro trabalhadores, dois na Secretaria e dois nas Informações e Legislação. Com a junção destes dois serviços e a retirada da Legislação do campo de acção, contou com três trabalhadores de Outubro a Dezembro.
3—Ao longo deste ano verificou-se o seguinte movimento:
a) Sócios inscritos 350
b) Correspondência:
 entrada 3273
 saída 5699
c) Tratamento e situação processual:
 Revisões 375
 Reaberturas 200
 Actualizações de pensões 750
 Casos pendentes resolvidos 65
d) Cartões:
 de Reformados ... 50
 de D. F. A. 1200
e) Pensões de Preço de Sangue tratadas 31
4—No campo do atendimento procurou-se desenvolver uma pedagogia adequada ao atendimento e tratamento dos diversos assuntos.

B — Secção de pessoal
om vista à coordenação da problemática inerente aos trabalhadores, foi criada em Novembro de 1977 a Secção de Pessoal.
Para esse efeito foi elaborado ficheiro próprio e respectivos processos individuais de trabalhadores, folhas de ponto e outro material indispensável ao seu funcionamento.
Pretende-se encontrar a necessária articulação a nível nacional e um correcto planeamento dos direitos e deveres dos trabalhadores em 1978.
Motivação dos trabalhadores na vida associativa através de reuniões periódicas de trabalhadores.
Esta secção encontra-se adstrita à Reabilitação e Reintegração Social.

C — Contabilidade
Funcionou com dois trabalhadores, um caixa e um técnico, tendo desenvolvido o seu trabalho específico, estando a seu cargo o recebimento de quotas.
Esteve ainda adstrita a esta secção o controlo e manutenção da viatura à responsabilidade de um motorista.

D — Reabilitação e reintegração social
Âmbito:
Com vista à concretização dos objectivos fundamentais da A. D. F. A., verificou-se a necessidade de se incrementar a reabilitação e reintegração social dos Deficientes da Zona Norte, o que levou à criação de um sector que congregue todas as iniciativas com aquele fim e estabeleça a interligação entre o Deficiente e os serviços oficiais de reabilitação (C. M. R. A. e S. N. R.) e Associações congêneres.
Reuniu-se numa só secção actividades que se encontravam dispersas por outros serviços, por forma a conseguir-se uma maior eficiência e um mais adequado tratamento dos assuntos inerentes à problemática da Habilitação, Reabilitação e Reintegração Social.
Assim, são funções desta secção:
a) Procura e oferta de emprego — inscrição, orientação na procura, contactos e estatística.
b) Assistência social, no trabalho, associativa e protésica.
c) Reabilitação de deficientes sensoriais, intelectuais e motores. Levantamento, estudo e acção.
d) Jornal «Elo» — corpo redactorial, assinaturas, mudanças de residência e anamias na recepção.
e) Análise e textos — Associações congêneres, análise associativa, historial e documentação associativa e textos sobre reabilitação e reintegração social.
f) Educação e cultura.
g) Formação profissional e vocacional.
h) Recuperação através do Posto Clínico — médica e protésica.
i) Legislação — busca, compilação e informação a outros serviços e delegações da Zona Norte.
j) Desporto próprio para deficientes.
l) Divulgação — Imprensa, Rádio e TV.
m) Estudos — projectos para lançamento de novos sectores oficiais e outros estudos e iniciativas.
Entendeu-se planificar a actividade desta Secção em três fases distintas: organização, estudo e acção, correspondendo cada uma delas a uma etapa do caminho a percorrer para se alcançar os objectivos em vista — a reabilitação e reintegração social do deficiente.
Na fase de organização tem-se procurado compilar os materiais até agora dispersos por vários serviços, classificá-los e proceder à sua ordenação por forma a que o seu manuseamento e consulta se faça com mais facilidade.
Finalmente, na terceira fase, acção, procurar-se-á a resolução dos diferentes «casos» através do accionamento das soluções encontradas.
Crê-se assim, poder responder satisfatoriamente aos problemas que quotidianamente são enfrentados pelos deficientes.
Pessoal:
De Janeiro a Junho contou esta secção com dois trabalhadores; em Julho foi admitido um enfermeiro para se ocupar da recuperação efectuada através do Posto Clínico. A partir de Outubro, com a integração da «Legislação» e a criação da Secção de Pessoal que lhe ficou adstrita, passou esta a contar com quatro trabalhadores.

E — Posto clínico
Integrado no campo da Reabilitação e Reintegração Social, contando com o contributo voluntário de um colaborador até Junho e o trabalho de um enfermeiro efectivo a partir dessa data, prestou a assistência médica e medicamentosa seguinte:

Consultas clínicas 282
Consultas externas 54
Visitas ao domicílio 46
RX 67
Pensos 724
Injecções 396
Massagens 273
Entrega de medicamentos 84 733\$50

Face ao incremento de deficientes não militares na utilização dos serviços da oficina de próteses, verificou-se a necessidade da criação de uma assistência fisioterápica antes e após aplicação de próteses, assim como de terapia ocupacional, pelo que o enfermeiro admitido deslocou-se à R. F. A. para tomar conhecimento de novas técnicas nesse domínio.
Contou ainda este serviço com a colaboração de um médico de Medicina Física e Reabilitação, além da colaboração de cerca de setenta médicos no serviço externo e meios auxiliares de diagnóstico.

G — Oficina de Marcenaria
Sumário:
1 — PESSOAL
2 — PRODUÇÃO
1—Desde a criação da marcenaria, que o serviço nela prestado, devido à natureza do trabalho que nela se executa e à estrutura em que se apoia constitui uma actividade essencialmente dirigida no sentido de criação de postos de trabalho para deficientes produção de bens necessários aos diversos sectores da A. D. F. A. e possível fonte de rendimentos.
Com o desenvolvimento conseguido no início do ano, expresso no volume de encomendas crescente, foi admitido em Junho um trabalhador especializado, passando a oficina a contar com dois trabalhadores a partir desta data.

2 — Atingindo um volume de 40 obras até Junho, a que corresponde uma receita aproximada de 60 contos, a oficina realizou até ao fim do ano 118 obras, a que corresponde a receita aproximada de 360 contos, dos quais cerca de 35 contos correspondem a obras executadas para a A. D. F. A.
O «stock» final de materiais, cifrou-se em 40 contos, existindo obras em carteira no valor de cerca de 100 contos. Se atendermos que em 1976 o oficina produziu cerca de 110 contos com um só trabalhador, verificamos que em 1977 o volume de produção aumentou em cerca de 80 por cento.

H — Cantina
Relativamente à Cantina (refeitório), durante o ano de 1977, foram servidas 5855 refeições, das quais 4175 a sócios e as restantes 1680 a não sócios.
Os preços são diferentes conforme sejam consumidas por sócios ou não sócios. Neste período, os preços praticados foram de 35\$00 para sócios e de 40\$00 para não sócios até meados do ano, tendo passado para 50\$00 e 60\$00 respectivamente.
Para assegurar o funcionamento deste serviço trabalhou uma senhora (cozinheira), não remunerado, escolhido entre os trabalhadores.
As despesas de pessoal cifram-se em 118 810\$00, já incluída uma taxa de imputação dos serviços de contabilidade e outros serviços.
As receitas totais atingiram 290 965\$00 e as compras 232 861\$70.
Os resultados da exploração saldaram-se em 97 746\$92 negativos, justificáveis pelo facto de tal serviço ser considerado social em relação aos associados e trabalhadores e como tal os preços praticados serem inferiores aos custos reais. Deste modo e atendendo nas verbas citadas, verifica-se um saldo positivo de cerca de 21 000\$00 se considerarmos as despesas de pessoal como encargo social da A. D. F. A.

I — Bar
Verificou-se que o volume de vendas deste serviço atingiu o montante de 272 408\$10,

enquanto as compras ascenderam a 244 362\$20.
Embora o volume de vendas tenha aumentado em relação ao ano de 1976, não foi suficientemente expressivo de molde a suportar os custos que lhe foram imputados, pelo que será necessário proceder ao seu redimensionamento no próximo ano.

II — DELEGAÇÃO DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO
Esta delegação funcionou como um serviço de apoio aos deficientes do distrito de Braga, tendo-se justificado pela sua acção empreendedora e pelos serviços prestados em 1977, de que se indicam alguns números:
Sócios efectivos 227
Sócios pendentes 57
Pensões de preço de sangue tratadas 73
Pensões de preço de sangue pendentes 52
Requerimentos referentes a reaberturas e revisões de processos e actualizações de pensões 130
Cartões de D. F. As. 57
Correspondência entrada 157
Correspondência saída ... 574

III — DELEGAÇÃO /BRAGANÇA
Funcionou como apoio aos deficientes da Zona de Trás-os-Montes, tendo desenvolvido o trabalho de atendimento, procuradoria e encaminhamento de problemas para a sede de Zona.
NOTA EXPLICATIVA
Apesar de não ter sido possível avançar com novos sectores oficiais a actividade desenvolvida durante o exercício de 1977, caracterizou-se por uma acentuada expansão nos sectores oficiais e um alargamento do campo de acção dos serviços que prestam assistência aos deficientes das Zonas Norte, conforme se pode verificar pelo Relatório de Actividades relativo a este ano.
A análise aos elementos de ordem contabilística, aponta para as seguintes considerações gerais:
1.—Incremento das vendas, que neste exercício totalizaram 2 692 793\$26 contra 1 063 852\$94 em 1976, devido à expansão havida nas oficinas de Próteses e Marcenaria. Todavia, não se atingiu no primeiro sector o índice previsto no orçamento devido a factores como mutações no quadro de pessoal, permanência no estrangeiro de dois trabalhadores para especialização, ministração de um curso de próteses mio-eléctricas nas suas instalações e sobretudo por este sector ser encarado como um serviço de reabilitação. Realça-se no entanto que a previsão global foi de 2 754 872\$00.
2.—O crescimento atrás referido, motivou a elevação em relação ao exercício anterior, dos montantes globais de compras, fornecimentos e serviços a terceiros e despesas com pessoal. É de realçar que a elevação das despesas com pessoal foi devida à entrada em vigor, no início do ano, de uma nova tabela salarial e ao dispêndio de 104 872\$00 com formação profissional.
3.—As existências finais atingiram o montante global de 1 780 406\$54, valor substancialmente mais elevado que o do exercício anterior (692 150\$81), devido ao reforço de stocks e à subida dos preços de compra.
4.—Verificou-se um aumento do imobilizado de 219 556\$21 em relação ao exercício anterior, originado pela aquisição de máquinas e equipamentos básicos, mobiliário e equipamento social e de transporte, atingindo-se o final do exercício com o montante global de 2 243 164\$98. Foram efectuadas reintegrações e amortizações no mon-

tante global de 293 051\$57 tendo sido aplicadas as seguintes taxas:
Edifícios, 10 por cento; viaturas, 33,33 por cento; máquinas e equipamento básico, 20 por cento; ferramentas, utensílios e mobiliário, 12,5 e 14,20 por cento; mobiliário e equipamento social 12,5 e 33,33 por cento.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros Associados:
Nos termos da alínea d) do art. 46.º dos Estatutos, vimos apresentar-vos o parecer sobre o Relatório de Actividades, Balanço e Contas da direcção da Zona Norte, referente ao ano de 1977.

Da análise das diversas actividades desta Delegação, detivemo-nos um pouco na Oficina de Próteses. É nosso dever realçar a qualidade do serviço prestado aos deficientes, resultante do brio e competência profissional do respectivo pessoal.
Seguidamente analisamos a Secção de Marcenaria, tendo-se constatado que se verifica já um bom ritmo de produção, que na opinião deste Conselho Fiscal deveria ser reforçada com mais pessoal, a fim de a mesma poder dar uma melhor resposta às solicitações dos associados e concomitantemente contribuir para um melhor equilíbrio financeiro da A. D. F. A. — Porto.

Quanto ao bar, pensamos ter uma função importante no aspecto comercial. Entendemos que deveria haver maior ligação com os serviços de cantina.
No tocante aos restantes serviços, somos de opinião que o pessoal está igualmente a cumprir dentro das normas superiormente estabelecidas.
É dever deste Conselho Fiscal chamar a atenção da Direcção da Zona Norte, face ao Relatório apresentado, que deve observar uma mais criteriosa gestão dos diversos sectores, no sentido de se conservar, na medida do possível, um saudável equilíbrio financeiro.
Sobre as Delegações de Famalicção e de Bragança, não podemos emitir opinião alguma por falta de dados, uma vez que aqueles não nos foram enviados.
Em face do Relatório apresentado, respeitante ao exercício do ano de 1977, propomos que o mesmo seja por vós aprovado.

PROPOSTA

1) Considerando que o Secretariado Nacional é o órgão n.º 2 da nossa Associação;
2) Considerando que é urgente avançar com a resolução de determinados problemas sem a qual a Associação poderá vir a ser afectada;
3) Considerando que a sua composição reflecte a vontade dos associados democraticamente expressa nas Zonas, tornando-o um órgão de âmbito nacional;
4) Considerando que o referido Secretariado deverá imprimir à sua actuação um cunho eminentemente prático;
Os DFAs da Zona Norte reunidos em Assembleia Geral no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, propõem:
a) Que o Secretariado Nacional observe uma maior rapidez na resolução dos problemas;
b) Que nas Zonas os Representantes àquele órgão procurem debater previamente os problemas, a fim de tornar mais fácil e rápida a sua aprovação final, procurando desta forma concretizar o nosso dinamismo a um nível superior;
c) Que esta proposta seja publicada no nosso jornal, se for aprovada pela Assembleia.

2.ª PROPOSTA:
1) Considerando que são inúmeros os associados que

se deslocam da província à Delegação do Porto a fim de tratar dos mais diversos assuntos;

2) Considerando que a maior parte deles são indivíduos de poucos recursos económicos;

3) Considerando os preços elevados praticados em pensões e hotéis desta região.
4) Considerando que na nossa Delegação há espaço para um dormitório;
5) Considerando que na nossa Cantina deverá haver possibilidade de serem fornecidas refeições mais baratas, se bem que menos abundantes, conforme reestruturação já prevista;

Os associados reunidos em A. G. no Liceu Rodrigues, no Porto, propõem:
a) — que a Direcção procure por todas as formas construir um dormitório nas instalações, destinado aos DFAs em trânsito;
b) — que se procure obter da cantina uma exploração ainda mais eficiente e prática com refeições ligeiras ou menos abundantes a fim de que todos, trabalhadores e associados, possam beneficiar dos serviços já existentes.

2.ª PROPOSTA
1) Considerando que a Nação, através do Ministério da Defesa atribuiu à A. D. F. A. uma verba superior a esc. 2 000 000\$00 para a construção da Oficina de Próteses nesta Delegação;

2) Considerando que a nossa oficina é das melhores do País, no seu género;

3) Considerando que no fabrico das próteses nesta oficina é posto em prática todo o saber, competência técnica, respeito e até carinho pelo Deficiente amputado;

4) Considerando que na nossa Oficina não se visa a obtenção de lucros;

5) Considerando a forma como são feitas as adjudicações nos concursos, obrigando o amputado a andar de casa em casa, a fim de aquelas poderem apresentar as suas propostas, prática que se reveste de aspectos desumanos, quase reduzindo o Deficiente a um mero objecto de pura exploração comercial;

6) Considerando que muitos DFAs amputados acabam por ter de fazer as suas próteses nas casas comerciais do ramo, não as fazendo na sua Oficina, devido ao sistema dos concursos do HMR n.º 1;

7) Considerando que o disposto no número anterior contraria frontalmente a matéria constante no art.º 71-2 da nossa Constituição Política;

8) Considerando ainda que tal prática demonstra falta de sensibilização para este problema humano e, acima de tudo nenhum respeito para com aqueles que na guerra se tornaram diminuídos;

9) Considerando ainda a disposição do 2.º Governo Constitucional deste País em enfrentar a problemática dos Deficientes;

Os DFAs da Zona Norte reunidos em Assembleia Geral realizada no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, propõem:

a) Que a Direcção da Zona Norte faça imediatamente as diligências necessárias no sentido de num futuro próximo os deficientes das Forças Armadas que precisam de próteses não estejam sujeitos aos mecanismos de concorrência neste campo, tendo em vista a sua condição de deficientes;
b) Que, de acordo com a alínea a), a Direcção efectue todas as diligências necessárias perante todas as entidades oficiais intervenientes neste assunto, indo até conhecimento do ministro da Defesa e primeiro-ministro, se necessário;
c) Que esta proposta, a ser aprovada pela Assembleia, seja publicada no próximo número do jornal «Elo».

2.ª PROPOSTA:
1) Considerando que são inúmeros os associados que

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

SUBSÍDIOS PARA GRANDES DEFICIENTES

(Continuação das págs. contras)

- e) — A razão da necessidade justifica-se nos casos em que se verifique amputação pelo terço inferior com manifesto agravamento de locomoção e adaptação à prótese.
- f) — A razão da necessidade justifica-se nos casos em que o deficiente não prescindia de uma terceira pessoa para efeitos de deslocação, e aproveitamento de tempos livres, tais como:
- 1) — Tetraplégicos;
 - 2) — Mioplégicos;
 - 3) — Doentes mentais;
 - 4) — Invisuais.

ÚNICO: Para os casos referidos na alínea f), deve sempre constar do processo de atribuição a identidade da terceira pessoa.

5) — No sentido de uma atribuição justa e de acordo com os parâmetros sócio-económicos que afectam os defi-

cientes referidos no número anterior, deve-se ter em conta o esquema que a seguir se indica:

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO

TETRAPLÉGICOS		
Casados sem pensão	27 000\$00
» com pensão	18 000\$00
» ao abrigo 43/76	11 000\$00
Solteiros sem pensão	25 000\$00
» com pensão	17 000\$00
» ao abrigo 43/76	10 000\$00
PARAPLÉGICOS		
Casados sem pensão	25 000\$00
» com pensão	16 000\$00
» ao abrigo 43/76	9 000\$00
Solteiros sem pensão	23 000\$00
» com pensão	15 000\$00
» ao abrigo 43/76	8 000\$00
Bi-amputados de pernas acima do joelho e deficientes mentais graves: O MESMO QUE PARA PARAPLÉGICOS.		
Bi-amputados de pernas abaixo do joelho e invisuais		
Casados sem pensão	23 000\$00
» com pensão	14 000\$00
» ao abrigo 43/76	7 000\$00
Solteiros sem pensão	21 000\$00
» com pensão	13 000\$00
» ao abrigo 43/76	6 000\$00
Amputados acima do joelho		
Casados sem pensão	21 000\$00
» com pensão	13 000\$00
» ao abrigo 43/76	5 000\$00
Solteiros sem pensão	19 000\$00
» com pensão	11 000\$00
» ao abrigo 43/76	4 000\$00
Amputados abaixo do joelho, pernas com afecções graves, bi-amputados dos braços e braços com afecção graves, etc.		
Casados sem pensão	19 000\$00
» com pensão	10 000\$00
» ao abrigo 43/76	3 000\$00
Solteiros sem pensão	17 000\$00
» com pensão	9 000\$00
» ao abrigo 43/76	2 000\$00

Este quadro de atribuição não têm carácter rígido e o critério que o mesmo consigna pode ser substancialmente alterado pelas conclusões finais do processo respectivo. Para apreciação do quadro anterior, deve-se ter sempre em conta a pontuação final do inquérito dentro dos seguintes escalões:

- a) — De 0 a 12 pontos
Possibilidade de redução dos quantitativos previstos.
- b) — De 12 a 20 pontos
Sem alteração.
- c) — Acima de 20 pontos
Possibilidade de aumento dos quantitativos previstos.

II

1) — O associado que necessite de adquirir viatura própria, cadeira de rodas ou triciclo motorizado que não lhe seja facultado por qualquer esquema de previdência, e se achar dentro deste reglamento deve fazer por escrito o pedido de subsídio à Direcção Central da A. D. F. A.

2) — Mediante o solicitado pelo interessado a Secção de Assistência Social elaborará um processo tendente a apurar se o deficiente se encontra dentro deste regulamento previsto para a atribuição do subsídio em questão.

3) — Logo que o processo se encontre organizado a Secção de Assistência Social submeterá a despacho da Direcção Central da A. D. F. A.

4) — Cada associado não poderá beneficiar do subsídio para aquisição de veículo-automóvel mais que uma vez em cada cinco anos.

III

MODOS DE LEVANTAMENTO

Após despacho da Direcção Central sobre a atribuição do subsídio, deve ser tido em conta o seguinte:

- a) — Os subsídios atribuídos devem ser levantados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data do despacho, sendo o associado avisado por escrito pela Secção de Assistência Social.
- b) — Caso o subsídio não seja levantado pelo interessado, no prazo referido no número anterior, o mesmo será cancelado.
- c) — No caso de se tratar da compra de carro novo, cadeira de rodas ou triciclo motorizado, o deficiente a quem foi atribuído o subsídio, deve apresentar na Secção de Assistência Social, um documento do stand comprovativo da compra.
- d) — Tratando-se de compra de carro em segunda mão, o deficiente a quem foi atribuído o subsídio, deve apresentar na Secção de Assistência Social uma declaração do vendedor comprovando a venda.
- e) — Após entrega dos documentos referidos nas alíneas c) ou d), o respectivo pagamento será efectuado pelo Serviço de Contabilidade Central da A. D. F. A.
- f) — Tratando-se de compra de carro novo, cadeira de rodas e triciclos motorizados o cheque será passado em nome do stand onde se efectuou a compra.
- g) — Tratando-se de compra de carro em segunda mão o cheque deve ser passado em nome do vendedor.
- h) — O estipulado nas alíneas f) e g) poderá ser alterado para cada caso, mediante autorização prévia da Secção de Assistência Social.
- i) — A Secção de Assistência Social reserva-se o direito de avaliar a veracidade dos documentos apresentados para levantamento do subsídio.
- j) — Esta Norma revoga a Norma N.º 1/76 e os aditamentos n.º 1 e n.º 2 da mesma.

4.º ANIVERSÁRIO

(Continuação das págs. contras)

de Futebol de Salão entre uma equipa de sócios e uma equipa de colaboradores da Delegação de Coimbra.

COMEMORAÇÕES A NÍVEL NACIONAL

Dia 13 de Maio, de manhã — Dádiva de sangue (no edifício da Sede).

De tarde — Desporto (Futebol, Basquetebol, Tiro ao Arco).

À noite — Cinema ou Teatro (no edifício da Sede).

Dia 14 de Maio, de manhã — Desporto (Futebol, Basquetebol, Tiro ao Arco) ou Corrida de Deficientes pelas ruas de Lisboa.

Ao meio-dia — Almoço de confraternização dos sócios (no edifício da Sede).

À tarde — Sarau artístico e cultural em local a decidir.

Ainda no âmbito nacional, foi decidida a edição de um autocolante e de um «poster» alusivos ao 4.º aniversário da ADFA, e cujo desenho-projecto será submetido também à aprovação do Secretariado Nacional. Esta iniciativa integra-se no capítulo da dinamização dos sócios e de todo o público em geral para a participação nas comemorações do Aniversário da ADFA e será acompanhada de outras no género, como anúncios nos órgãos de Informação (Rádio, TV e Imprensa), uma conferência de Imprensa onde será anunciado o programa definitivo e detalhado das comemorações, e distribuição de tarjetas a anunciar a nossa festa.

Importa referir que o programa de actividades acabado de expor, se encontra ainda numa fase de aperfeiçoamento e está sujeito a confirmação ou alteração em relação a certas actividades dele constantes. No próximo número do «Elo» daremos já o quadro definitivo e pormenorizado das Comemorações.

dro definitivo e pormenorizado das Comemorações.

A Comissão Coordenadora Nacional, identificada que está com a nossa Associação, vivendo e sentindo como muitos outros sócios os seus problemas que são, afinal, os de todos nós, convida todos os deficientes das Forças Armadas a participarem activamente nas Comemorações do 4.º Aniversário da sua Associação, tanto nas que se desenvolvem no âmbito das várias zonas como as que têm lugar em Lisboa, nos dias 13 e 14 de Maio, as quais, por serem de âmbito nacional devem merecer uma maior participação e interesse.

Camarada deficiente:

Está nas tuas mãos fazer com que as comemorações do 4.º Aniversário da nossa Associação e muito especialmente os dias 13 e 14 de Maio constituam momentos inesquecíveis como inesquecível já é, para todos nós, a data da criação da ADFA. Esperamos por ti. Participa.

A Comissão Coordenadora Nacional

PRECISAM-SE TRABALHADORES PARA A DELEGAÇÃO DO PORTO

A oficina de marcenaria da delegação da ADFA no Porto, em fase de expansão, precisa de aumentar o seu quadro de pessoal.

Assim, vão ser admitidos um marceneiro e um ajudante, pelo que os sócios interessados no preenchimento destes lugares deverão dirigir-se, pessoalmente ou por outro meio, à delegação do Porto até ao dia 15 de Abril.

DESPORTO NA ADFA

(Continuação das págs. contras)

inscrito poderá reembolsar esta quantia desde que presente a sua desistência até 27 de Março.

5 — Qualquer equipa inscrita para dominó poderá trocar um dos seus elementos até ao momento em que se iniciar a 1.ª fase a disputar

6 — Todos os inscritos terão de se sujeitar ao calendário a apresentar. Os jogos realizar-se-ão aos sábados a partir das 14 h na ADFA.

7 — O sorteio dos jogos efectuar-se-á às 13 h do dia 27 de Março na Secção de Desportos da ADFA situada no Palácio da Independência, Largo de S. Domingos em Lisboa.

8 — Os prémios para cada modalidade serão:
1.º Classificado
Taça

- 2.º Classificado
Medalha de Prata
- 3.º Classificado
Medalha de Bronze

9 — Os casos omissos serão resolvidos pela organização

O 4.º aniversário da Associação está, tanto no âmbito de actividades desportivas, como culturais, de convívio e outras, a ser preparado com toda a antecedência e cuidado. Esperamos que se verifique uma participação massiva dos sócios, familiares e amigos da Associação, correspondendo assim ao esforço que está a ser desenvolvido pelos responsáveis destas tarefas.

COLABORAÇÃO DE DEFICIENTES DOS AÇORES NA CRIAÇÃO DA DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

A pedido dos responsáveis da Delegação da A.D.F.A. em Ponta Delgada — Açores, e por interesse dos colaboradores, reproduzimos a lista de sócios que em 1977 contribuíram com empréstimos em dinheiro para fazer face à instalação daquela delegação, enquanto a Associação não tinha ainda decidido, pelo órgão próprio, a sua abertura. Depois de decidida a criação de mais aquela delegação nos Açores e atribuídas as respectivas verbas para pagamento das despesas efectuadas, os deficientes que haviam contribuído com um empréstimo decidiram prescindir do seu reembolso, oferecendo aqueles quantitativos à delegação.

Foram os seguintes os sócios que tiveram este gesto de dedicação à causa da A.D.F.A.

João Manuel Pacheco Furtado	500\$00
José Jacinto Cabral	500\$00
José Manuel Lima Rita	1 000\$00
Eduardo Jorge Vicente Cabral	1 000\$00
Jaime Fernando Leite Domingues	1 000\$00
João da Silva Verdinho	1 000\$00
Liberto Almeida Carreiro	1 250\$00
Moisés Pereira da Luz	250\$00
António Mário de Melo Amaral	1 000\$00
Manuel Francisco de Medeiros Oliveira	650\$00
Severino Luís Pacheco de Almeida	250\$00
Manuel de Melo Alexandre	300\$00
Manuel Pimentel Pacheco	300\$00
José Manuel Lourenço	500\$00
António Manuel Medeiros Ris	750\$00
João Cabral de Medeiros Júnior	250\$00
José Maria dos Reis Raposo	250\$00
Tobias de Melo de Medeiros	250\$00
António Arruda Vieira	50\$00
Francisco Pereira Miranda	200\$00
José Manuel Soares	250\$00
João Luís do Couto Costa	2 250\$00
José Domingues de Benevides	250\$00
João Manuel da Costa Massa	250\$00
Gabriel de Melo Vicente	500\$00
António Viana Custódio	1 000\$00
Didio Luís Viveiros Correia	250\$00
José António Medeiros Pacheco	1 000\$00
Virgílio João Botelho la Costa	200\$00
Manuel de Almeida Moniz Tomé	750\$00
Laureano Feleja de Carvalho de Freitas	350\$00
Manuel de Medeiros Graça	250\$00
Agostinho Viveiros Medeiros	250\$00
Miguel de Oliveira Melo	250\$00
António Luís Melo Castelo Branco	250\$00
José Cabeceiras Tavares	500\$00
Manuel Eduardo Cabral	500\$00
Manuel Soares da Silva	250\$00
Manuel Botelho Tavares	1 250\$00
António dos Santos	100\$00
Tiago Luís Macedo de Melo	250\$00
Edmundo Paiva da Costa Leitão	500\$00
Jorge da Costa Cacilhas	350\$00
Duarte Manuel Paiva	250\$00
Hermano Aguiar Torres	250\$00
Ángelo la Silva	250\$00
João Luís da Estrela Penacho	250\$00
Ezequiel da Silva Cordeiro	250\$00
Eduardo Manuel Jácomo da Costa	250\$00
António Lopes Branco Gonçalves	500\$00
José António Raposo Pimentel	1 000\$00
César Cabral Fernandes	500\$00
João Francisco Brum Faria	1 000\$00
Vasco Amândio Botelho	250\$00
António Mota Botelho	250\$00
João Carlos Medeiros Rufino	500\$00
Victor de Medeiros Sousa Poim	500\$00
Jaime Maçaroco	500\$00
Manuel Moniz de Melo Baptista	200\$00
Manuel Correia de Sousa	500\$00
Manuel da Silva Almeida	20\$00
João Carlos Reveredo Botelho	700\$00
TOTAL	30 920\$00

FILATELIA

NOVOS SELOS PORTUGUESES

A ponte D. Maria Pia, sobre o Rio Douro, foi solenemente inaugurada em 4 de Novembro de 1877.

Como estava previsto no programa de emissões, elaborado pelos serviços competentes dos CTT, foi posta em circulação uma série de dois selos, comemorativa do primeiro Centenário do Caminho de Ferro a Norte do Rio Douro, cujo valor facial de cada selo é de 4\$00 e 10\$00.

A seguir reproduzimos a série de selos que se destina a assinalar aquele grande acontecimento de há 100 anos.

Conjuntamente se reproduz uma série de seis selos, a qual se destina a comemorar a II Exposição Mundial Temática «Portucala-77» alusiva a Barcos da Costa Portuguesa. Os seus valores faciais são de 2\$00, 3\$00, 4\$00, 10\$00 e 15\$00.

Reproduzimos também uma série de quatro selos com valores faciais diferentes.

Desta emissão pode dizer-se ser uma autêntica obra de arte. Esta emissão foi desenhada totalmente por crianças, tendo para o efeito os serviços competentes dos CTT aberto concurso entre crianças de nível etário correspondente ao Ciclo Preparatório.

Assim, 101 escolas espalhadas por todo o País aplicaram-se afinadamente na aula de Desenho, tendo sido escolhidos quatro desenhos.

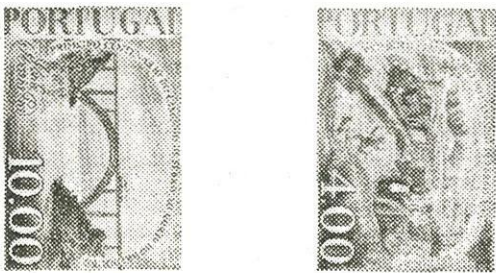
Os autores vencedores foram: Maria do Sameiro A. Santos (11 anos); Paula Maria L. David (12 anos); Carla Maria M. Cruz (11 anos); Rosa Maria M. Cardoso (11 anos).

Os valores faciais destes quatro selos são de 4\$00, 7\$00, 10\$00 e 20\$00.

NOTA: Informamos os filatelistas interessados que a partir do próximo número do «ELO» daremos início à publicação de um pequeno GLOSSÁRIO DE TERMOS FILATÉLICOS.

LUCÍDIO P. DIAS

Emissão comemorativa do Centenário do Caminho de Ferro a norte do Rio Douro



Não foi simples o estabelecimento do caminho de Ferro a norte do Rio Douro; vários anos de intenso trabalho e vicissitudes diversas conduziram a sucessivos êxitos na expansão ferroviária naquela zona.

Já tinham decorrido mais de 30 anos sobre a Carta de Lei de 1845, o primeiro documento oficial sobre o Caminho de Ferro em Portugal; já em 1853 tinha sido iniciada a construção do primeiro troço de Lisboa ao Carregado, quando, em 12 de Julho de 1872, D. Luís inaugurou o começo simbólico dos trabalhos no caminho de ferro do Minho — o primeiro a norte do Rio Douro.

Em 1875 o Caminho de Ferro já atingia a cidade de Braga. Já então o comboio ligava Lisboa a Badajoz (1863) e a Gaia (1864). Setúbal (1861), Évora (1863) e Beja (1864) já beneficiavam da ligação ferroviária.

A norte do Douro o comboio viria a atingir Valença (1886) e Barca de Alva (1887), chegando depois a Salamanca. 1875 viu também realizada a ligação do Poroto à Póvoa de Varzim.

Mas toda a rede a norte do Douro exigia a sua ligação ao sul, vencendo o poderoso obstáculo do rio. Houve que lançar uma grande ponte, para a qual foi aberto concurso entre as principais construtoras francesas.

Foi o projecto apresentado pelo Engenheiro Eiffel, o vencedor do concurso, com um arrojado arco de 160 m de vão e 37,5 de flecha.

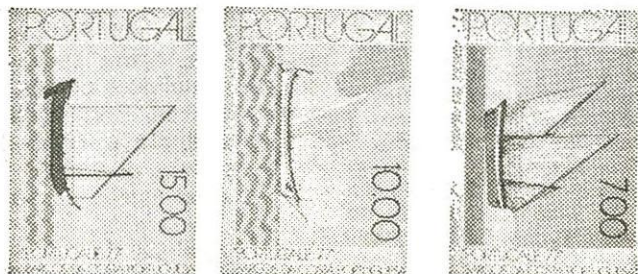
A obra terminou em 1877, e era então o maior arco do mundo. Ainda hoje é de admirar a elegância da solução estrutural e beleza do traçado — muito justamente a Ponte Maria Pia acaba de ser classificada «monumento nacional», no seu centenário que agora se comemora.

Cada passo desta conquista da região nortenha pelo caminho de ferro saudado com cerimónias e manifestações de júbilo popular. Bem compreensível júbilo este, se atendermos ao progresso que tal significava para uma região de geografia acidentada e ligações difíceis.

Num painel de azulejos de Jorge Colaço, na estação de S. Bento (ela mesma notável exemplo da arquitectura ferroviária da época), mostra com eloquência a surpresa e o encanto das populações perante o novo modo de transporte, em confronto com os meios rudimentares até então em uso.

Texto dos Serviços Artísticos dos CTT

Emissão comemorativa da II Exposição Mundial Temática «Portucala-77», Barcos da Costa Portuguesa



O Rio Douro (também) divide Portugal em duas zonas costeiras distintas.

Na Costa Norte as colmeias pescadeiras — estreitamente ligadas à Galiza — usavam exclusivamente o chamado «barco poveiro», de presumível ascendência bretã: casco

de quilha, cavernas de reduzido pé morto, tabuado liso, lançamento da roda de proa contrastante com a reduzida inclinação do cadaste; construção segundo a *skeleton technique* (o *Gabarit de St. Joseph* difundiu-se aos estaleiros norte-atlânticos); propulsionado a remos (máx. 14) ou à vela — um grande pano tipo *misaine bretonne*, compensado por leme de avantajada altura. Dimensões máximas: 16,4×4,10×1,60 m; tripulação máxima: 32. Ainda que estas colmeias exercem a pesca (do alto e costeira) nos mares até



Setúbal, a sua fixação a Sul do Douro é rara (Buarcos, Gala, Nazaré, Sesimbra) e não dominante.

Na verdade, a zona a Sul do Douro está vinculada ao Mediterrâneo. A sua mais importante família de barcos é a dos derivados das *canoas* de tábuas de tipo mesopotâmico, cuja progressão para Ocidente terá a sua mais recente comprovação na descoberta dos murais de Thera (Egeu). Dos modelos dessa família seleccionaram-se o *barco de mar* ou *saveiro* (Furadouro), e a *bateira* (Buarcos).

O primeiro reproduz a forma da miniatura de prata encontrada em Ur. Com perfil em crescente e largo bojo, tabuado liso apostado a reforçado cavernante, na técnica de construção em uso, adapta a um casco de fundo chato, sem quilha, a *Skeleton technique*. Só utiliza a força dos remos (4 ou 2). Dimensões máximas: 16,5×3,8×1,5 m; tripulação máxima: 46. Usado na pesca de arrasto para terra (rede *xávega*), encontrava-se desde Espinho até Vieira de Leiria (excepto na costa rochosa do Cabo Mondego), na Caparica — Fonte da Telha e a Sul do Sado, variando os tamanhos conforme as tripulações disponíveis. Das *bateiras* das mesma linhagem, a escolhida documenta a tendência das embarcações do baixo Mondego para formas de extremidades mais modestas, além do uso da vela — *um bastardo* — em conjunto com os remos (2). Dimensões: 7,3×2,1×0,5 m; tripulação: 3.

Quanto ao *barco da neta* (rede de arrastar para terra) da Nazaré, distingue-se dos anteriores, tanto pelo bico (alto, apurado e de secção triangular) quanto pela proa larga formada pelo natural prolongamento, em curva, do fundo chato. Para outro caso (*bateira* de Óbidos) este pormenor foi invocado para sugerir a marcada influência de Cister; mas atese do moçarabismo náutico (se não a de mais antiga influência) parece dispor de melhores argumentos. Existiu um modelo maior — o *barco da carreira*, que armava dois panos triangulares; o presente só usa remos (2). Dimensões: 5,90×1,50×1,20 m; tripulação: 5.

A partir da Nazaré, as embarcações tradicionais da 2.ª zona são de tipo mais evoluído: as da família do *caique*; as barcas da *xávega* do Algarve.

O *caique* era usado na pesca longínqua e na cabotagem. O seu casco de quilha com caimento, roda de proa curva e popa aberta, tabuado liso, construía-se segundo a *skeleton technique*. As suas linhas, aliadas à armação com dois latinos triangulares, bem como a existência de coberta, conferiam-lhe excepcionais qualidades de rapidez e segurança; com 5 tripulantes, um *caique* foi do Algarve ao Rio de Janeiro (e voltou) para anunciar a D. João VI a retirada das tropas napoleónicas. Existe a tese de que este barco é a forma actual da caravela dos Descobrimentos: Dimensões: 17,50×4,70×1,6 m; tripulação: 5/25.

A barca da *xávega*, tal como o *calão* que com ela trabalha, é um típico modelo mediterrânico de embarcação de pesca. Igualmente construído segundo a *skeleton technique*, o seu casco de tabuado liso tem como nota mais característica o traçado curvo do cadaste. Na sua presente faina utiliza a força dos remos (12). Dimensões: 9,70×2,70×1,10 m; tripulação: 15.

Ramalho Ortigão, a propósito das embarcações tradicionais portuguesas, muito justamente se referiu à nossa «fantástica riqueza...» de embarcações regionais.

Que esta emissão de selos sirva para que ela venha a ser mais admirada e protegida.

PROF. ARQT.º OCTAVIO LIXA FILGUEIRAS

Emissão Comemorativa do Natal 1977

Dando corpo a uma ideia que, de há muito está nas mentes dos filatelistas e nas intenções dos CTT, foi este ano aberto um concurso entre as crianças de nível etário correspondente ao Ciclo Preparatório, para uma emissão subordinada ao tema «NATAL». Com o apoio do Ministério da Educação e Investigação Científica foi possível obter um vasto número de originais (cerca de 4200) de onde, laboriosamente, o júri teve de escolher 4, apenas. Significa isto que muitos outros desenhos, verdadeiramente preciosos, tiveram que ser eliminados.

Além dos desenhos escolhidos para reprodução em selos, foram seleccionados dois desenhos para figurarem no motivo do sobrescrito do 1.º dia de circulação e no carimbo especial da emissão.

Não interessa fazer comentários às belas peças escolhidas, pois elas falam por si. Mas, para mostrar aos colecionadores algo do espiritismo que animou este grande levantamento da criatividade infantil, transcreveram-se pequenos textos de dois concorrentes de entre os muitos que entenderam fazer acompanhar o seu desenho de comentários.

Nenhum corresponde a concorrentes seleccionados e transcrevem-se textualmente, sem corrigir a gramática, para lhes preservar o sabor e a veracidade:

«Hoje dia 12 de Maio de 1977, faço treze anos. O dia de hoje tem influência no motivo do desenho que

apresento. Quando se faz anos acendem-se as velas que representam cada ano da nossa vida.

No Natal há vários motivos: — O presépio, a árvore e tantos outros e entre eles as velas e o azevinho.

Por isso me lembrei que em 1977 faz quatro Natais que vivemos num País Novo em Liberdade, porque não recordá-lo com quatro velas e azevinho, que é na minha opinião tão simples e bonito.»

«As cores azul e verde não combinam muito bem. Mas se lhe dermos uma harmonia as duas cores tomam um aspecto harmonizado e belo.

O homem está unido representando paz, amor, Para mim o homem não é o ser mais importante e inteligente por isso o pintei a preto estão unidos.

A lua está feita ao contrário porque para mim não interessa a maneira de expor mas sim a maneira como as vemos.

Para mim Natal não é só Jesus que nasceu mas sim todos os dias é as pessoas amarem-se unirem-se, compreenderem-se, o Natal Intemporal.

E não caracterizo demasiado a mulher porque nem o homem deve ser superior à mulher ou vice-versa mas sim ao mesmo nível.

É como interpreto o meu desenho.»

Texto dos Serviços Artísticos dos CCT



BENEFÍCIOS FISCAIS PARA DEFICIENTES PUBLICADA LEI DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(Continuação da 1.ª pág.)

que vêm alguns desses direitos alargados a todos os deficientes portugueses.

Transcrevemos na íntegra a Lei agora publicada no Diário da República.

A Assembleia da República decreta, nos termos dos Artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

Aos deficientes das forças armadas não compreendidos no Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e aos deficientes civis, uns e outros com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, é concedida a total isenção dos direitos aduaneiros, taxas, imposto sobre venda de veículos, sobretaxa e emolumentos gerais na importação de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem motor, ou automóveis ligeiros de passageiros, para uso próprio, de modelo utilitário, com cilindrada não superior a 1600 cm³.

ARTIGO 2.º

1 — A isenção referida no artigo anterior não pode ser fruída por cada beneficiário relativamente a mais do que um veículo em cada cinco anos, salvo no caso de acidente involuntário com danos irrecuperáveis, de roubo ou de outro motivo extraordinário que conduza à eliminação da viatura em circunstâncias justificadas, devidamente comprovadas pela autoridade competente.

2 — No caso de o automóvel importado ao abrigo do disposto no artigo 1.º ser vendido antes de completados cinco anos, o adquirente terá de pagar ao Estado a parte dos direitos e demais encargos referidos no artigo 1.º proporcional ao tempo que faltar para o termo daquele período.

ARTIGO 3.º

O grau de incapacidade dos deficientes militares será atestado pelos serviços médicos competentes, e o dos civis, pela Direcção-Geral de Saúde, que promoverá a necessária inspecção especial.

ARTIGO 4.º

As dúvidas que se suscitarem na aplicação desta lei serão resolvidas por despacho conjunto, se for caso disso, dos Ministros das Finanças, dos Assuntos Sociais e da Defesa Nacional.

AS COOPERATIVAS DE CONSUMO E OS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

(EXTRACTO DO LIVRO COM O MESMO TÍTULO DA AUTORIA DE HARALD KEBS)

PERSPECTIVAS PARA AS COOPERATIVAS DE CONSUMO NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

Quando do seu aparecimento na Europa, as cooperativas de consumo experimentaram enormes dificuldades, principalmente pela inexistência de qualquer instituição disposta a ajudá-las, à excepção de algumas pessoas animadas de boas intenções ou organizações religiosas. Daí que as cooperativas de consumo, na Europa, nunca tenham sido organizações das camadas mais desfavorecidas da população. Só no início do século vinte é que as condições de vida dos trabalhadores não especializados atingiu um nível que lhes permitiu, por seu turno, interessarem-se por aderir a uma sociedade e estarem em condições de fazê-lo. Até este momento só os operários especializados, os técnicos melhor pagos, os empregados de escritório e os pequenos artesãos independentes tinham aderido às cooperativas de consumo. Uma outra razão impediu igualmente a rápida transformação dos armazéns de consumo em unidades de maior alcance: a ideia de cooperação era qualquer coisa de muito pouco familiar às pessoas da época. Viviam há já tanto tempo nas cidades que tinham esquecido quase por completo o trabalho comunitário.

Em contrapartida, o espírito de cooperação está muito vivo entre os habitantes dos países em vias de desenvolvimento. Graças à experiência das suas congéneres europeias e ao apoio concedido pelos organismos governamentais e outras instituições, as cooperativas de consumo dos países em vias de desenvolvimento têm hoje grandes oportunidades de se desenvolverem mais rapidamente e virem a ocupar um lugar mais importante do que as da maior parte dos países europeus.

A IMPORTÂNCIA DOS VÍNCULOS TRADICIONAIS

A grande maioria da população dos países hoje independentes trabalhava, até há relativamente pouco tempo, na agricultura. O aparecimento de novas indústrias — situadas, normalmente, na periferia das grandes cidades — e o acesso a postos governamentais, até então ocupados por cidadãos da potência colonial, levou grande número de pessoas a instalarem-se nos novos bairros e, conseqüentemente, privou-os do ambiente tradicional que sempre lhes havia dado uma certa segurança. Na Europa, estes vínculos à família ou à tribo foram progressivamente enfraquecendo e, assim, os habitantes das cidades perderam o contacto com os seus familiares do campo e também o espírito comunitário.

Este mesmo fenómeno repetir-se-á, um dia, nos países em vias de desenvolvimento mas, por agora, estes laços são ainda muito fortes e a população deve tirar proveito das experiências acumuladas nos ambientes tradicionais. O espírito de cooperação é qualquer coisa de muito familiar aos membros da maioria das comunidades rurais. Durante muito tempo ajudaram-se mutuamente ou criaram instituições comunitárias, erguidas e geridas com a cooperação de todos. Por conseqüência, é muito mais fácil convencer estas pessoas da necessidade de lançarem uma nova instituição comunal do que o seria na Europa, onde as experiências tradicionais há muito foram esquecidas. A criação de uma cooperativa de consumo no seio de uma população com tais características não deve causar quaisquer dificuldades, pelo contrário, é muito provável que estas cooperativas sejam bem sucedidas, precisamente por esta experiência de auxílio mútuo dos países em vias de desenvolvimento.

A LOCALIZAÇÃO DE UM ARMAZÉM COOPERATIVO

Quando uma cooperativa de consumo deseja abrir um armazém num país em vias de desenvolvimento deve pôr um especial cuidado na escolha da sua localização. As cooperativas de consumo só devem abrir armazéns em localidades em que possam ser úteis aos habitantes. Por exemplo: podem abrir um armazém numa localidade onde o comerciante estabelecido exige preços demasiado elevados ou vende a crédito bens de consumo por preços razoáveis, mas com um juro exorbitante.

Na maioria das cidades não se sente, regra geral, necessidade de um armazém cooperativo porque a concorrência entre os armazéns já estabelecidos faz com que os preços se mantenham num nível razoável. Por outro lado, enquanto o comerciante já tem lucro a partir do momento em que pode retirar do seu negócio o dinheiro suficiente para alimentar a sua família, as cooperativas de consumo têm sempre despesas suplementares, tais como os salários dos seus empregados, o aluguer do armazém, etc. Se uma cooperativa quer competir em tais condições deve contar com fundos consideráveis, a fim de poder abrir um armazém que atraia igualmente um grande número de pessoas não associa-

das. E mesmo assim, a cooperativa só deve abrir um armazém se for abastecida pela sua própria sociedade de venda por grosso. Além disso, se na cidade em questão houver um supermercado, a sociedade não deve abrir um armazém num raio de trinta quilómetros, porque os supermercados vendem os artigos de consumo com uma margem de lucro de cerca de cinco por cento e não há sociedade alguma que consiga fazer-lhes concorrência. A sociedade não teria qualquer viabilidade, nem os eventuais sócios ganhariam algo com ela, uma vez que poderiam comprar os bens de consumo, a preços muito mais baixos, no supermercado. Já será de reconsiderar a abertura de um armazém numa cidade, se várias sociedades individuais se agruparem numa união cooperativa e fundarem a sua própria sociedade de venda por grosso.

As cooperativas de consumo só devem abrir armazéns em locais onde se apresentem de real interesse para os sócios. É o caso de pequenas cidades ou aldeias, onde o comerciante estabelecido explora os clientes que, privados de dívidas, não podem esquivar-se-lhe devido ao elevadíssimo juro por ele exigido. As cooperativas de consumo terão igualmente êxito nas regiões comerciais fechadas, como por exemplo na área de uma fábrica ou exploração. O melhor local para uma sociedade de consumo abrir um armazém é uma região de recente exploração como, por exemplo, um projecto governamental de exploração em que é dada uma certa quantidade de terra a pessoas procedentes de regiões superpovoadas. Neste caso, poder-se-ia fundar imediatamente uma cooperativa de consumo, uma vez que estes projectos estão organizados em bases cooperativistas.

O PAPEL DO GOVERNO

A maioria dos governos dos países em vias de desenvolvimento da África, Ásia e América Latina já reconheceram que as instituições cooperativistas são os pilares do progresso. Em numerosíssimos casos, são as próprias constituições dos países em questão que reconhecem as cooperativas. Esta atitude traduz-se, na prática, num reconhecimento puro e simples ou na protecção legal às cooperativas nos planos educativo, técnico e financeiro. A criação de um ministério independente para a cooperação constitui a melhor expressão do apoio governamental.

O simples reconhecimento legal das sociedades cooperativas já é muito importante. Com efeito, se a lei não mencionar as cooperativas, será muito difícil a um grupo de pessoas pertencentes a uma sociedade não reconhecida, encontrar um grossista que lhes queira vender mercadorias a crédito. Uma sociedade legalmente reconhecida e capaz de ser representada perante qualquer tribunal conta com melhores possibilidades de trabalho.

Outra medida que o governo pode tomar para promover a cooperativa é a de organizar cursos e seminários de formação técnica e administrativa. Alguns governos de países em vias de desenvolvimento chegam até a criar escolas exclusivamente cooperativistas onde são ministradas estas matérias. Mas, na ausência destas escolas, já é muito bom que

o governo conceda facilidades a um grupo de sociedades para que este organize cursos sobre cooperação nas escolas governamentais. Certos governos, particularmente interessados em desenvolver o cooperativismo nos respectivos países, chegam mesmo a enviar conferencistas às aldeias e quintas para que as pessoas se familiarizem com o pensamento cooperativista.

O volume da ajuda técnica e financeira concedida pelo governo varia em função da importância por outorgada ao movimento cooperativista. Também depende igualmente da influência do capital estrangeiro no país e de o governo estar, ou não, interessado em confiar certos sectores da economia à população do país. Assim, por exemplo, se a maioria das quintas dum país se encontram nas mãos do estrangeiro e se o governo deseja libertá-las, encorajará a criação de cooperativas agrícolas. Se, pelo contrário, deseja aumentar a influência dos capitais estrangeiros sobre o comércio a retalho, reprimirá as cooperativas de consumo. A assistência técnica conhecida pelo governo às cooperativas deverá consistir principalmente no estabelecimento, em diversas regiões do país, de oficinas cooperativas onde um pessoal experimentado aconselhará e ajudará as sociedades. Os governos de quase todos os países concedem ajuda financeira às cooperativas, isentando-as de certas taxas. Os governos também podem conceder ajuda financeira, garantindo às sociedades cooperativas, desejosas de aumentar o seu raio de acção, empréstimos muito baratos. Estes empréstimos estão, geralmente, restringidos a fins determinados, tais como a construção de novas instalações ou sua modernização.

NOTA DA REDACÇÃO — Não pretendendo o jornal «ELO» analisar o conteúdo deste extracto e do pensamento do autor deste livro, editado pela editora «Perspectivas e Realidades», mas ao considerar de grande importância a tentativa de contribuir no interesse e incentivo pelo movimento cooperativista, propõe aos seus leitores que sentem no cooperativismo um processo de modificar a sociedade e a realidade portuguesa após o 25 de Abril que escrevam para esta página do «ELO» apresentando a sua análise ao tema que transcrevemos a seguir e que faz parte da nota do autor HARALD KERBS e do livro aqui focado.

«O QUE SÃO AS COOPERATIVAS DE CONSUMO?»

«As cooperativas de consumo são associações de consumidores que se dedicam ao comércio retalhista e repartem pelos seus membros o lucro obtido.»

Esta poderia ser a resposta de um homem instruído. Um sociólogo responderia provavelmente de modo diferente: explicaria que as sociedades cooperativas oferecem a possibilidade de modificar a estrutura social ambiente em proveito dos que nela trabalham. Um economista diria, por seu turno, que as cooperativas de consumo constituem um instrumento eficaz na distribuição de bens de consumo ao mais baixo preço. Finalmente, a posição de um político oscilaria entre considerar as cooperativas de consumo como instrumentos de transformação de uma sociedade capitalista numa sociedade socialista, ou afirmar que, dada a situação actual, as cooperativas, querendo garantir a sua própria existência, servem de facto a sociedade capitalista na sua própria existência, servem de facto a sociedade capitalista na medida em que eliminam os abusos mais flagrantes do capitalismo sem destruí-lo...

MARCELINO DIAS

CODEFA

A. G. APROVOU RELATÓRIO E CONTAS DE 1977 E MARCOU ELEIÇÕES DOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS



Realizou-se no passado dia 3 de Março, na sede da A. D. F. A. em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa de Bens de Consumo dos Deficientes das Forças Armadas que aprovou o relatório e contas da Direcção relativos à gerência de 1977 e marcou eleições dos órgãos directivos para o dia 31 de Março.

Do relatório da Direcção destacaremos a seguinte passagem: «1977 foi um ano rico em ensinamentos e, tal como havíamos previsto, o ano da afirmação da CODEFA. 1977 conseguiu, graças ao abnegado esforço desenvolvido em 1976, trazer para a CODEFA mais 475 novos sócios, mobilizados uns pela resposta que a CODEFA começou a ser capaz de dar às necessidades mais prementes de consumo, outros não apenas por isso, mas também pelo facto de entenderem a CODEFA como um polo aglutinador capaz de, conseqüentemente, lutar pelo reforço do cooperativismo enquadrado no plano de luta mais geral que é a luta de todos os explorados para que se acabem as requintadas formas de exploração das necessidades mais elementares como é o caso dos consumos compulsivos impostas pela publicidade radiofónica ou televisiva ou outros mais sofisticados.»

O volume de vendas da CODIFA durante o ano de 1977 foi superior a três mil e quinhentos contos, tendo sido o resultado do exercício de cento e seis contos.

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA

A D F A

EXECUTA

TODOS OS TRABALHOS
DE TIPOGRAFIA
E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO DA A. D. F. A.

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★
VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★
REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS
MESMO MUITO ANTIGAS

★
REPORTAGENS EM CASAMENTOS,
BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67
LISBOA

CIÊNCIA E EVOLUÇÃO
TECNOLÓGICA

GRANDES ESPERANÇAS DOS DEFICIENTES

UM CATALOGO EM CONTINUO CRESCIMENTO

O rápido progresso da tecnologia originou na última década um espectacular avanço na produção de peças artificiais para a máquina humana, e o catálogo de peças de substituição disponíveis aumenta constantemente em número e em variedade.

Como se compreende facilmente, os órgãos mais acessíveis à substituição são os de função estritamente mecânica. Pernas e braços artificiais, dotados de movimentos complexos e activados por músculos e inclusivamente por estímulos nervosos, podem desempenhar uma aceitável função alternativa. Porém, partes mais elementares do sistema osteoarticular podem ser substituídas por outras semelhantes fabricadas artificialmente, com rendimento funcional completo. Assim, actualmente já existem fémures artificiais de metal e polietileno, que podem colocar-se no lugar do osso natural que foi necessário extirpar. Podem substituir-se as extremidades articulares dos ossos em ca-

nhecimento popular. As artérias podem ser substituídas por tubos de calibre apropriado em tecido de teflon ou dracron e, actualmente, milhares de doentes levam uma vida normal com fragmentos de artérias artificiais.

O PÂNCREAS ARTIFICIAL, UMA PEÇA QUE EM BREVE FARÁ PARTE DO «STOCK»

Uma das mais recentes tentativas praticadas em 1974 é a da criação de um pâncreas artificial.

Quando o pâncreas, víscera alojada no interior do abdómen, não produz quantidade suficiente de insulina, não pode fazer-se o metabolismo da glicose. A quantidade de glicose no sangue aumenta e elimina-se parcialmente pela urina. Este é o transtorno básico da diabetes. Quando ao diabético se injecta insulina — ou toma comprimidos de certas substâncias que exercem uma acção semelhante —, o açúcar pode ser correctamente utilizado pelas células e a sua

acrescentou, um elemento-chave do invento — um analisador que mede continuamente o nível de açúcar contido no sangue — será experimentado em doentes humanos durante dois meses.

Os elementos essenciais do pâncreas artificial, segundo o que foi exposto por Messman, são:

— O analisador, que indica em qualquer momento o nível de açúcar na corrente sanguínea;

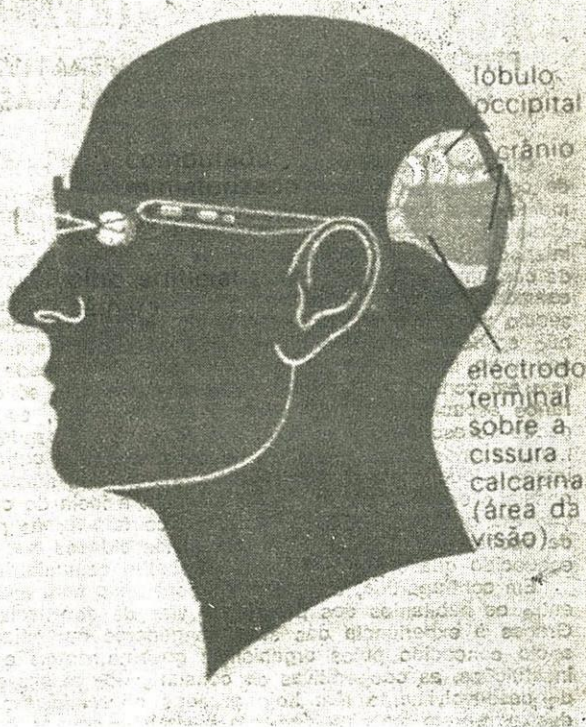
— Um pequeno computador, que estabelece a quantidade de insulina que é necessária para manter um nível apropriado de açúcar no sangue, segundo o nível de açúcar registado pelo analisador;

— Uma bomba estimuladora em miniatura que injecta a quantidade precisa de insulina no sangue;

— Um pequeno depósito de insulina que poderia ter a quantidade suficiente para as necessidades de três meses.

O analisador é um pequeno disco do tamanho de uma moeda, que seria implantado num lugar do corpo onde pudesse medir melhor a quantidade de açúcar contido no sangue.

são em pessoas cegas, mediante um artifício electrónico, cujo esquema se representa na figura junta. O sistema consta de um olho artificial, que se implanta na órbita em lugar de um dos olhos lesados; este olho constitui, na realidade, uma pequena câmara de televisão que projecta a imagem óptica sobre um écran sensível, que transmite, segundo a luz recebida, variações de potencial eléctrico a um computador em miniatura (2), montado no interior da haste de uns óculos. Os sinais emitidos pelo olho artificial são processados convenientemente e enviados por um cabo a um eléctrodo terminal (3), implantado na parte posterior do crânio, sobre a zona do córtex cerebral do lobo occipital — junto à chamada **cissura calcarina** —, que tem a seu cargo a percepção visual. Desta maneira, o cego poderia conseguir uma certa «visão» dos objectos, elaborada a partir dos estímulos levados ao córtex cerebral pelo dispositivo electrónico. Não parece provável, no entanto, que se possa dispor deste artifício a curto prazo.



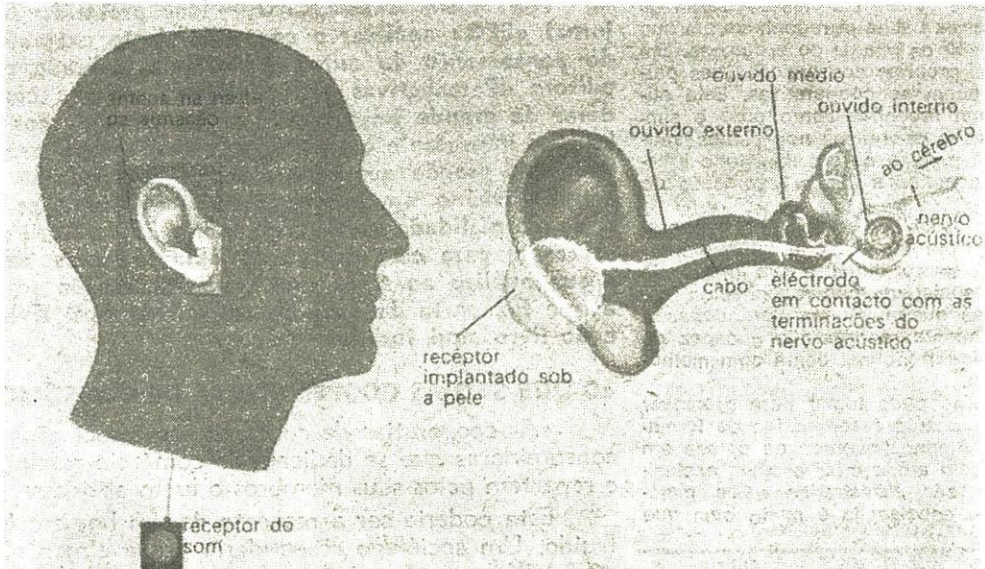
Aparelho para ver

UM «OUVIDO» PARA OS SURDOS

De modo semelhante, está a experimentar-se um sistema

análogo para o ouvido. Um aparelho sensível aos sons é implantado no lugar da cóclea e os estímulos eléctricos produ-

zidos pelo aparelho são levados ao córtex cerebral e interpretados como sons pelo doente.



Aparelho para ouvir

so de uma destruição da articulação que deixa o membro desprovido de movimento. Até hoje implantaram-se articulações artificiais deste tipo na anca, nos dedos, joelhos, tornozelos, encontrando-se em estudo a articulação do cotovelo. Quando os ligamentos de uma articulação ficam débeis ou destruídos e a articulação sofre luxação, facilmente podem colocar-se ligamentos fortes de tecido de **dracron**.

Também os tendões naturais danificados ou destruídos podem ser trocados por cordões de tecido de fibra de **dracron**.

RINS, CORAÇÕES E ARTÉRIAS

Um dos órgãos artificiais mais antigos da medicina moderna é o rim. Mas o rim artificial não é um órgão implantável em vez do natural, mas sim um aparelho dialisador volumoso e imóvel, ao qual deve recorrer o doente. No entanto, a equipa dirigida por Koff, que aperfeiçoou o primeiro rim artificial, encontra-se a trabalhar no estudo de um pequeno dialisador miniaturizado portátil, que poderá ser permanentemente utilizado pelo doente. O coração mecânico implantável, ainda que em fase puramente experimental, é já uma realidade. Para um plano mais limitado usam-se com êxito, já há algum tempo, partes artificiais do coração. Válvulas de plástico de diferentes modelos encontram-se a funcionar no coração de milhares de pessoas em todo o mundo. Estimuladores electrónicos, que substituem a função do sistema estimulador dos batimentos cardíacos, são já quase do co-

quantidade no sangue normaliza-se. A insulina injectada actua durante um tempo relativamente breve. Por isso, deve injectar-se, nalguns casos, várias vezes ao dia. O aparecimento de insulinas de tipo lento permite aumentar o intervalo da administração porque se pode combinar a sua acção, de modo que se prolongue por vinte e quatro horas ou mais. No entanto, mesmo assim, surgem inconvenientes, pois a insulina actua constantemente, enquanto o nível do açúcar pode num momento descer e então produzir-se um nível demasiadamente baixo, ou hipoglicemia, que, como todo o diabético sabe, implica sérios perigos.

Com a ideia de libertar o diabético das injecções diárias e da administração de insulina de um modo contínuo e proporcionado ao nível de glicose no sangue em cada momento, está a trabalhar-se nos Estados Unidos no fabrico de um pâncreas artificial. Este aparelho, que poderia ser implantado no organismo de pessoas diabéticas, foi desenvolvido por vários médicos, que, segundo dizem, têm intenção de realizar experiências em animais durante os próximos meses.

Se as provas forem positivas, o engenho poderia eliminar eventualmente a necessidade de administrar doses diárias de insulina e ajudaria os diabéticos a viver mais tempo, com menos perigos e sem tantos inconvenientes como têm actualmente.

Samuel Messman, da Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia Meridional, afirmou que terá de passar algum tempo antes que se realizem provas em pessoas, não sabendo precisar quando poderiam ter lugar. No entanto,

O resto do invento, independentemente do depósito de insulina, terá o tamanho do ovo de uma galinha, quando estiver completamente terminado, e implantar-se-ia ou no peito ou no abdómen, segundo Messman.

Em breve, portanto, haverá, possivelmente, mais uma peça de substituição no catálogo, cada vez mais amplo, de peças artificiais do organismo humano.

POSSIBILIDADE DE «VISÃO» PARA OS CEGOS?

O sistema nervoso, a parte mais complexa do nosso organismo, escapa às audazes tentativas de reparação substitutiva artificial. Pequenos estimuladores electrónicos podem activar porções do sistema nervoso encefálico e modificar favoravelmente sintomas deficitários nalgumas doenças. Num artigo que apareceu em 1974 na revista norte-americana **Electronics**, um grupo de cientistas da Universidade de Utá afirmou que espera poder conseguir um aceitável grau de vi-

BOMBAS DE NEUTRÕES A ÚLTIMA MODA EM MASSACRES

Desde tempos imemoriais que milhões de seres humanos têm sido massacrados em guerras. Na pré-história opunham-se vários clãs. Nesta época não existiam grupos organizados capazes de defenderem ou atacarem territórios.

Com o andar dos tempos e a evolução dos homens, chegámos à época em que grupos de homens armados se opunham nos campos de batalha. De uma maneira geral os exércitos oponentes defrontavam-se em campo aberto, fora das localidades. Dizemos de uma maneira geral, porque sucedeu que cidades foram sitiadas e muitas vezes as populações dizimadas, mais pela fome e pela peste do que pela acção directa do inimigo.

O mundo evoluiu, o homem evoluiu e a arte de matar acompanhou essa evolução.

O século que vivemos é fecundo em exemplos de barbidade organizada. Começando pelos primeiros anos do século XX, temos a 1.ª Grande Guerra, mais tarde a Guerra Civil Espanhola, a 2.ª Guerra Mundial com os seus milhões de mortos.

Com a 2.ª Grande Guerra a técnica bélica muito evoluiu. Olhando à distância não deixa de nos causar calafrios só de pensarmos que os exércitos nazis, se possuíssem a tecnologia bélica dos nossos dias, em quantas vezes, se

multiplicaria a barbárie por eles cometida.

Mais tarde temos as Guerras da Indochina, Vietnã, Camboja, Coreia, as guerras do médio-oriente, isto só para falarmos de algumas, pois quase que seria impossível enumerarmos todas as guerras ocorridas neste século.

Dissémos mais acima que durante os quase 6 anos que durou a 2.ª Guerra Mundial a técnica militar muito evoluiu. Máquinas que foram modificadas e melhoradas. Novos tipos de armas que foram inventados.

Entre as novas armas conta-se a bomba atómica. A bomba atómica foi criada a partir da altura em que a ciência descobriu a possibilidade de desintegrar o núcleo atómico do urânio, processo que liberta uma enorme energia nuclear formando-se fragmentos radioactivos.

A bomba atómica que com tanto «êxito» foi experimentada pelos americanos nas cidades japonesas — Hiroshima e Nagasaki — a partir de 1950 começou a ser considerada ultrapassada. Efectivamente a partir da década de 50, com o avanço tecnológico que se registou, criaram-se condições para o fabrico de novas armas, não só com os processos dos núcleos atómicos e dos elementos pesados (Urânio-235 e plutónio), mas também com a união dos núcleos atómicos de elementos ligeiros de hidrogénio (deutério e trítio). Por essa altura e com esta nova descoberta da ciência foi possível criar-se a bomba de hidrogénio, muito mais potente e com maior capacidade destruidora que a bomba atómica, iniciando-se a era das armas termonucleares.

Insatisfeitos os cientistas, que empregam o seu tempo a estudarem a maneira de mais depressa acabarem com a raça humana, chegaram à conclusão que ainda poderiam fabricar bombas mais potentes

que a de hidrogénio. Começaram então a circular notícias sobre a bomba de cobalto, a bomba «limpa» (de neutrões) e também sobre a bomba esteroideal.

Estavamos portanto perante uma nova ameaça. Poder-se-iam fabricar bombas de cobalto e de neutrões. Apenas havia um senão. Para se conseguir a fusão do núcleo do isótopo de hidrogénio é necessário submetê-lo a uma temperatura de milhões de graus centígrados. E para se conseguir tal temperatura era necessário utilizar uma carga nuclear semelhante às bombas atómicas largadas durante a 2.ª Guerra Mundial, pois que com a explosão de uma bomba atómica consegue-se alcançar uma temperatura tão elevada que é capaz de formar um fluxo neutrónico.

Com o aparecimento dos raios laser, a carga atómica podia ser substituída e deste modo estão formadas as condições físicas para a construção de bombas neutrónicas e de cobalto.

A bomba de neutrões é na realidade a «última moda» em destruições. Mata todos os seres vivos, «poupando» edifícios, fábricas, enfim as construções. Tal acontece porque o fluxo neutrónico cria radioactividade que em interacção com o nitrogénio do ar transforma-a em carbono radioactivo (carbono-14), isótopo de carbono que constitui uma substância de perigo mortal. A morte provocada pela bomba neutrónica consiste, numa primeira fase, num entorpecimento, que pode durar 3 dias até que a morte chegue.

Milhões de pessoas têm manifestado o seu repúdio por esta nova arma. Nós, como vítimas duma guerra, e como conscientes que somos, para sabermos que existem outros meios além das guerras, dizemos:

NÃO À BOMBA DE NEUTRÕES.

SABIA QUE:

— Em 6000 anos de história houve na terra cerca de 14 000 guerras que ceifaram 3600 milhões de vidas humanas, muito mais que o número de homens hoje existentes no globo?

— Nos últimos 3600 anos os historiadores só registaram 292 anos de paz?